

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 3 DE FEVEREIRO DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E SETE** -----

----- No dia 3 de Fevereiro de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelas Excelentíssimas Senhoras Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e Dona Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Helena Carvalho dos Santos Oliveira Lopes, Maria Luísa dos Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José

Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dias Bernardes Salsinha, João Gordo Martins, Rui Manuel Santos Matos Alves, Jaime Salomão Alves, Sérgio Rui Lopes Cintra, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Domingos das Dores Rosa Estanislau, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira, Adolfo Miguel Baptista Marques Nunes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, José Manuel Afonso Possidónio. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Prôa. -----

----- Francisco Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Rodrigues Coelho. -----

----- Feliciano David (PCP), por cinco dias, tendo sido substituído pelo Deputado Jaime Salomão Alves. -----

----- Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- José Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- Carlos Marques (BE), por 90 dias, com início no dia 4 de Fevereiro de 2004, sendo substituído pelo Deputado Municipal Pedro Soares. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Barata Marques Oliveira. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Maria Luísa Teixeira (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 20 de Janeiro de 2004. -----

----- Diana Barroso Soares (PS), relativamente às reuniões realizadas nos dias 16 de Dezembro de 2003 e 6 de Janeiro de 2004. -----

----- João Pinheiro (PS), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a presente Sessão Extraordinária, que tinha como ponto único: -----

----- **Perguntas sobre matérias relativas às freguesias.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO ÚNICO – PERGUNTAS SOBRE MATÉRIAS RELATIVAS ÀS FREGUESIAS.** -----

----- **O Senhor Presidente** disse que conforme constava do artigo 25º do Regimento e foi consensualizado em Conferência de Representantes, as três maiores forças políticas – PSD, PCP e PS – desenvolveriam as três perguntas a que tinham direito, e depois as restantes forças políticas fariam uma pergunta cada por ordem decrescente. --

----- Cada pergunta não poderia exceder os três minutos e depois a Câmara teria 65 minutos para responder ao conjunto das perguntas. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, disse que a questão que ia apresentar, já muito antiga no Lumiar, tinha a ver com a recuperação e requalificação das quintas das Conchas e dos Lilases. Trata-se de matéria que a Assembleia Municipal já debateu diversas vezes, tem havido algum progresso, designadamente uma promessa do Sr. Presidente da Câmara em transformar o palacete anteriormente ocupado pela EPUL em centro de cultura, o final da Rua Um, a chamada Alameda da Água, mas agora a população gostava de ver o início das obras de requalificação das quintas. -----

----- Por isso, a pergunta que deixava ao Sr. Presidente da Câmara era para quando o início das obras de requalificação das quintas das Conchas e dos Lilases, quer a parte interior, quer a parte dos muros. -----

----- **O Deputado Municipal Valdemar Salgado (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, no uso da palavra para apresentar a segunda pergunta do PSD, disse que para a Junta de Freguesia do Campo Grande as questões mais relevantes eram o estacionamento no chamado Bairro das Caixas e a requalificação do Jardim do Campo Grande. -----

----- Começando pelo Jardim do Campo Grande, referiu que continuavam a verificar que ele tinha um enorme potencial mas ainda não estava cabalmente aproveitado devido à incúria com que foi tratado pelos anteriores executivos camarários. O Jardim tem sido uma das preocupações da Junta, e isso levou a que tivessem compilado um conjunto de ideias para a sua requalificação, ideias essas que foram apresentadas à Câmara, que mostrara disponibilidade para dialogar sobre essa matéria com aqueles que estavam mais próximos das populações. -----

----- Disse que no entendimento da Junta aquele Jardim estava especialmente vocacionado para se articular funcionalmente com a Cidade Universitária, pelo que, nessa perspectiva, defendiam a instalação de infra-estruturas e equipamentos destinados aos estudantes de forma a que aí pudessem estudar e socializar, suprimindo-se, dessa forma, uma carência da cidade já que não dispunha desse tipo de oferta. -----

----- Dada a importância desse projecto, desejavam saber como e quando poderia a população estudantil, bem como os jovens em geral, contar com um espaço que desse resposta às suas necessidades. Muito concretamente desejavam saber quando entraria em funcionamento o Mega-Espaço Jovem, já publicamente anunciado. -----

----- Em matéria de estacionamento no Bairro das Caixas, que era a segunda das maiores preocupações da Junta, desejavam que a Câmara dissesse que planos tinha para resolver esse problema. Entendia a Junta que a solução estava no aproveitamento dos espaços entre os logradouros traseiros do bairro, actualmente abandonados e servindo de lixeira a céu aberto. -----

----- A urgência de solucionar esse problema levou a Junta a apresentar uma solução concreta à Câmara Municipal, solução que assentava na ideia de construção de lugares de estacionamento nos referidos espaços, actualmente vazios. A Junta, pelo seu lado, vinha fazendo o seu trabalho, estava a arranjar todos os recantos e logradouros do bairro, mas havia obras que, pela sua dimensão, ultrapassavam o âmbito de uma Junta de Freguesia. -----

----- Estamos certos que podemos continuar a contar com a Câmara, disse a terminar.--

----- Nesta altura deveria seguir-se a terceira pergunta do PSD, formulada pelo Deputado Municipal Fernando Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, mas dado que ainda não estava presente avançou-se para as perguntas do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para desenvolver a primeira pergunta do PCP, disse que o problema da habitação na Cidade de Lisboa, e das casas sociais, era dos mais graves que a população enfrentava, e a verba inscrita no Orçamento de 2004, no capítulo da habitação, era manifestamente insuficiente para acorrer aos problemas que ainda existiam nessa área. -----

----- Por isso, era preciso uma política de habitação virada para uma reabilitação urbana alargada a toda a cidade, incluindo as freguesias periféricas, e não se ficar apenas pelas zonas visíveis do centro. Era preciso uma política de habitação que tivesse em conta os bairros que são património municipal, devendo incluir-se não só os novos bairros mas também os bairros mais antigos onde se verificava uma acentuada degradação que obrigava a planos de emergência para a sua recuperação, e que incluísse a reconversão das áreas sociais, lazer e espaço público. -----

----- Depois, disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara respondesse às seguintes questões: -----

----- Quais as intervenções previstas, a curto prazo, para a recuperação dos bairros municipais mais antigos, assim como a resolução do 75.000 fogos devolutos? -----

----- E, sendo as vilas operárias património da vida de Lisboa colectiva, qual a política que a Câmara irá adoptar para intervir nessas vilas? -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para apresentar a segunda pergunta do PCP, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Como se sabe, a questão da insegurança, não é um problema de mais ou menos polícias. É um problema profundo, cujas causas são de âmbito social, tais como o desemprego, a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, a toxicodependência, as carências do sistema educativo, da saúde e da habitação, a inadequação do sistema judicial e prisional e da política de imigração. -----

----- A questão da insegurança na nossa cidade, não é para as Juntas de Freguesia de Lisboa uma inquietação nova, é um problema que nos preocupa desde 1992. -----

----- Desde essa data, que esse assunto tem sido por nós debatido e têm sido por nós exigidas medidas para o combater. -----

----- Todos nós recordamos das muitas promessas feitas pelo Dr. Santana Lopes, quando candidato à Câmara Municipal de Lisboa na área da segurança, e que até hoje nunca foram cumpridas. -----

----- Prometeu alterações legislativas, prometeu aumentar substancialmente os efectivos da Polícia Municipal, prometeu o combate à delinquência juvenil e à toxicodependência, prometeu criar esquadras da Polícia Municipal em zonas problemáticas de Lisboa, prometeu criar brigadas especiais de polícia para reforço da vigilância nocturna, etc., etc. -----

----- Ao fazer tais promessas na área da segurança, em que muitas delas eram e são da responsabilidade do Governo, o Dr. Santana Lopes assumiu compromissos com os cidadãos de Lisboa. -----

----- Verificamos que não estão a ser cumpridas as promessas que são da competência do Governo como também não estão a ser assumidas responsabilidades que são obrigações da Câmara Municipal de Lisboa e que contribuem para segurança das populações, tais como melhoria da iluminação pública, que nalgumas ruas é péssima (como é o caso da Rua Aliança Operária que liga Alcântara à Ajuda) ou o não serem tapados buracos nos pavimentos existentes mesmo em artérias importantes como é o caso por exemplo das avenidas Alvares Cabral e Infante Santo, o não serem pintadas muitas passadeiras de peões, não serem podadas muitas árvores que estão na via pública, etc. etc. -----

----- Também o encurtamento ou extinção de carreiras nocturnas da Carris, para algumas zonas da Cidade de Lisboa, como por exemplo para a Ameixoeira, a Charneca ou a Ajuda e que provoca mais insegurança nessas Freguesias, não tem merecido por parte da Câmara qualquer tipo de oposição. -----

----- A política da Câmara no que refere ao apoio a toxicodependentes tem sido totalmente desastrosa a ponto de em zonas donde os toxicodependentes tinham praticamente desaparecido, como é o caso da Meia-Laranja, na Rua Maria Pia, estar novamente com números parecidos com os de antes do desmantelamento do Casal Ventoso. -----

----- Não só pelas responsabilidades que tem como Presidente da Câmara, mas também pelas promessas que fez como candidato e ainda pelo facto de ser Vice-Presidente e porta voz do PSD, o maior Partido do Governo, o Dr. Santana Lopes tem grandes responsabilidades no estado a que Lisboa chegou. -----

----- Ultimamente tem havido grandes problemas de insegurança em Telheiras, na Ameixoeira, nas Olaias, em Alfama, em Alcântara, na Ajuda, no Parque das Nações, nas Avenidas Novas, no Bairro Alto, em Cheias, etc., o que levou esta Assembleia Municipal, na sessão de 20 de Janeiro de 2004, a aprovar a Moção 6/AML2004 intitulada “Por mais segurança em Lisboa” na qual é exigido um reforço do policiamento de proximidade e rapidez na conclusão das obras para as esquadras da Ajuda, Ameixoeira, Campolide, Alto do Lumiar e Santa Maria dos Olivais. -----

----- É ainda preocupante, a Câmara nada ter feito em matéria de segurança quando se aproximam dois grandes eventos, que trarão à Cidade de Lisboa muitas centenas de milhares de pessoas, como é o caso do Rock in Rio e o Euro 2004 -----

----- Como muitos Deputados Municipais sabem, em 1995, como forma de luta pelo reforço da Segurança na nossa Cidade, as Juntas de Freguesia de Lisboa criaram e apresentaram publicamente o célebre Polícia de Cartão a que chamámos o “Agente ZERO” e que tinha a cara do então Ministro da Administração Interna, Dr. Dias Loureiro. Actualmente, estão criadas todas as condições de insegurança na Cidade de Lisboa, que justificam o “Agente Zero” reaparecer novamente. -----

----- Mas com esta imputação de responsabilidades na área da segurança ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, tenho um grande dilema que é o de saber de qual a cara a colocar no próximo Polícia de Cartão se a cara do actual Ministro da Administração Interna ou a cara do Dr. Santana Lopes. -----

----- Termina esta minha intervenção com a seguinte pergunta: -----

----- A falta de segurança no Município de Lisboa tem-se agravado ultimamente de forma crescente e em contrapartida diminuiu a verba inscrita no Orçamento para 2004. -----

----- Pergunta-se: -----

----- - Quais as medidas que a Câmara tem previstas por forma a minimizar este grave problema, em particular a construção de esquadras de policia nas freguesias da Ajuda e da Ameixoeira, entre outras? -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra para apresentar a terceira pergunta do PCP, disse que uma das promessas eleitorais da actual Câmara era intervir no espaço público recuperando-o, – e quando dizia espaço público referia-se aos pequenos e não aos grandes espaços – mas a conclusão a que chegavam era que realmente nada ou pouco tinha sido feito, e eram confrontados todos os dias com abatimentos na via pública que demoravam muito tempo a ser intervencionados, mesmo depois de solicitados pelas Juntas de Freguesia; -----

----- As pinturas das passadeiras e traços contínuos praticamente estavam desaparecidos a nível da cidade, exceptuando algumas zonas onde isso era feito com alguma regularidade; -----

----- A iluminação pública era deficiente pois existiam zonas da cidade onde era pouca e má, e nalgumas até inexistente; -----

----- Os parques infantis e jardins estavam abandonados; -----

----- Os restos de materiais de obras abandonados na via pública tinham a ver com falta de fiscalização, nomeadamente pela Polícia Municipal que era retirada para fazer outras funções e não essa que lhe era devida; -----

----- A poda das árvores também não era feita a nível da cidade; -----

----- A lavagem das ruas raramente se fazia, tanto assim era que já não se lembrava da última vez que foi feita na freguesia, e o mesmo se passava relativamente à limpeza das sarjetas; -----

----- A limpeza das ervas nas ruas, logradouros e bairros estava um caos. -----

----- E porque uma das perguntas que ia fazer ao Sr. Presidente da Câmara era quais as medidas que pensava aplicar para acabar com essa situação, sugeria que uma delas fosse o aprofundamento dos protocolos nessas áreas porque de certeza resolveria muitas dessas situações. -----

----- Disse, depois, que o PCP tinha feito muitas propostas, ao longo dos últimos dois anos, para que os protocolos fossem revistos tornando-os com critérios mais justos e transparentes, o que, infelizmente, até hoje não tinha acontecido. Aliás, indo até contra aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse aquando da assinatura do protocolo, em Junho de 2002, pois referira então que a partir de Setembro iriam rever o protocolo porque ele era um documento não acabado e portanto seria analisado pontualmente com a finalidade de melhorar o relacionamento com as freguesias. -----

----- Disse, ainda, que para além das três perguntas que o PCP fez existia mais uma série delas que foram enviadas à Assembleia para depois serem enviadas à Câmara, a exemplo do que se fizera em 2002. Mas das de 2002, que depois foram transformadas em requerimento, a maior parte delas, para não dizer a totalidade, até hoje não foram respondidas, pelo que esperavam que estas que agora apresentaram não viessem a sofrer do mesmo mal, isto é que não ficassem na gaveta mas que tivessem uma resposta. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egípto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra para apresentar as duas primeiras perguntas do PS, disse que ambas se referiam à sua freguesia. -----

----- A primeira tinha a ver com o núcleo histórico de Olivais Velho, situação que se arrastava há muitos anos, que teve desenvolvimento no anterior mandato, em Maio de 1990 ficou tudo pronto em termos de discussão pública, e no período que antecedeu as eleições, portanto Outubro/Novembro, estava a proposta pronta para deliberação da Câmara e posterior deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Por isso, a pergunta muito concreta que queria fazer ia no sentido de saber o ponto da situação do plano de pormenor do núcleo histórico de Olivais Velho, área da freguesia que se continuava a degradar e as pessoas que lá moravam não viam ainda nenhuma luz ao fundo do túnel sobre essa matéria. -----

----- A segunda pergunta tinha a ver com a construção de umas escadas no talude junto à Gare do Oriente, que não serviam a população da Quinta das Laranjeiras e do Casal dos Machados. E trazia esta questão a esta Sessão de perguntas porque numa reunião do Sr. Presidente da Câmara com os Srs. Presidentes de Junta, em que o Sr. Presidente da Câmara os questionara a todos para lhe apresentarem dois assuntos

relevantes para cada uma das freguesias da cidade para fazer no imediato, uma das situações que ele próprio pôs como sendo urgente resolver foi justamente esse acesso para as pessoas que habitavam no Bairro das Laranjeiras e no Casal dos Machados, porque essas pessoas não tinham hoje qualquer acesso à Gare do Oriente para utilizar o meio de transporte que ali foi construído. -----

----- Havia estudos na Câmara, o último parecer que houve era de Junho de 2002 e apontava duas soluções para resolver o problema, mas tanto uma solução como outra ainda não aconteceram. -----

----- Portanto, a sua pergunta ia no sentido de saber quando entendia a Câmara realizar essa obra para que aqueles moradores pudessem usufruir de uma nova centralidade da cidade, naquela zona oriental da freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra para apresentação da terceira pergunta do PS, disse que a anterior Câmara mandara construir um campo de futebol no Bairro da Boavista para servir aquela comunidade. Esse campo de futebol e os seus anexos estavam prontos há mais de ano, a Junta, há cerca de um ano, a pedido do Sr. Vereador Pedro Feist, participara numa reunião tendo em vista o funcionamento desse equipamento e manifestara, e continuava a manifestar, toda e disponibilidade para assumir a gestão desse equipamento através de protocolo adequado, se a Câmara assim o entendesse. -----

----- As duas colectividades do bairro, que estavam agora num processo de fusão, tinham várias actividades de natureza desportiva e gastavam centenas de contos, talvez milhares, por ano, em alugueres de campos de futebol onde treinavam equipas de juvenis e outras crianças. O bairro, como todos sabiam, era carenciado, todas as actividades que tinham a ver com a prática desportiva e de ocupação de tempos livres, eram bem-vindas e essenciais, e, em face disso, a pergunta que fazia à Câmara era quando pensava colocar em funcionamento esse importante equipamento do Bairro da Boavista, que, ao que lhe diziam, estava pronto há mais de ano e meio. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra para apresentação da pergunta do CDS-PP, disse que a questão que o seu partido agora apresentava, para além de outras que em tempo remetera à Câmara Municipal, referia-se à Freguesia de Carnide, mais especificamente ao Bairro da Quinta da Luz. -----

----- O Bairro da Quinta da Luz era, no seu entender, um exemplo de qualidade no ordenamento urbanístico e na procura de uma integração das várias valências que se esperavam de um verdadeiro projecto de núcleo habitacional, mas, neste momento, a sua situação próximo do Centro Comercial Colombo e também do Estádio da Luz, tornava-o num centro de grande pressão de utilização, quer por pessoas que esporadicamente se deslocavam para os eventos desportivos, quer por pessoas que diariamente utilizavam o referido Centro Comercial. -----

----- E essa pressão tem trazido, nos últimos anos, alguma degradação que podia ser exemplificada em três vertentes fundamentais: -----

----- A iluminação pública, que claramente necessitava de reforço, quer na sua intensidade, quer na distribuição dos equipamentos; -----

----- A limpeza e conservação dos pavimentos, que requerem uma acção urgente de revisão e uma revisão dos próprios sistemas de higiene; -----

----- E os equipamentos de lazer, em especial parques infantis, que retirados, por obrigação legal era bom dizer-se, no tempo do anterior Executivo camarário, foram objecto de diversas promessas de reposição ao longo da fase final do mandato desse Executivo, mas o que era facto é que quer nesse tempo, quer agora, a reposição, tão necessária naquele bairro, ainda não se fez. -----

----- Nesse sentido, solicitavam informação sobre a possibilidade de um plano de intervenção que permitisse aos fregueses de Carnide em geral, e da Quinta da Luz em particular, recuperar boa parte da qualidade de vida que felizmente já usufruíram e que estava certo voltariam a usufruir em breve. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra para apresentação da pergunta do PEV, disse que ela prendia-se com a ETAR de Alcântara, que suscitava dois tipos de questões. -----

----- A primeira, tinha a ver com o cheiro, que era muito intenso para quem passava no Viaduto Duarte Pacheco ou para quem vinha da margem sul, o que não era propriamente um digno cartão de visita para a cidade. Mas se esses levavam com o cheiro apenas de passagem, já o mesmo não acontecia aos moradores das freguesias de Alcântara e Santo Condestável, onde, principalmente os moradores do Bairro do Loureiro, que eram cerca de 600 famílias, sofriam muito com os cheiros de forma quase constante e quando havia vento os cheiros estendiam-se pela freguesia toda. ----

----- Como era sabido os cheiros deviam-se, sobretudo, ao facto da estação estar a tratar menos caudal que aquele que devia porque os decantadores estavam dimensionados para um caudal superior àquele que estavam a receber, e isso significava que o tempo de retenção das águas e lamas no decantador era muito prolongado porque demorava a encher. Ora, permanecendo as lamas no decantador muito tempo, operava-se a digestão das mesmas sem oxigénio provocando, assim, a libertação dos cheiros. -----

----- Portanto, parecia-lhes fundamental que se procedesse a outras ligações para a ETAR, não só para aumentar o caudal diminuindo assim os cheiros, mas, sobretudo, para se poupar o Tejo e a sua biodiversidade. -----

----- Nesse sentido, desejava que a Câmara informasse que ligações à ETAR estavam a ser consideradas e para quando, concretamente a ligação das águas do Terreiro do Paço à ETAR. -----

----- Depois, sobre o concurso público internacional que foi lançado em Novembro de 1998, pela Câmara anterior, para a execução de adaptação e complemento da Estação de Águas Residuais de Alcântara, disse que ele foi revogado pela actual Câmara e desejava saber quando foi aberto o novo concurso, caso já tivesse sido, e se, a ser aberto, contemplava a fase terciária conforme o projecto extinto pelo Executivo e o que é que foi feito dos fundos comunitários uma vez que já havia luz verde aquando do projecto anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para apresentação da pergunta do PPM, disse que a pergunta que tinham para pôr estava

relacionada com a Freguesia de São João de Deus e prendia-se com a previsão da conclusão das obras circundantes da Igreja de São João de Deus, não esquecendo a segurança do parque infantil. -----

----- A primeira parte era uma pergunta factual e sem qualquer dificuldade, mas já a questão da segurança do parque infantil, que se prendia com o facto do murete que lá estava ser rematado por pedra mármore em aresta viva, era muito importante porque poderia levantar sérias questões de segurança relativamente às crianças que o utilizavam. -----

----- Pessoalmente estava convencido que seria necessário fazer um estudo global dos parques infantis da cidade, para ver se a segurança estava totalmente prevista não havendo falhas como a que se encontrava neste parque, ou outras do género. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para apresentação da pergunta do BE, disse que ela prendia-se, objectivamente, com uma questão que já ali colocaram e em relação à qual ouviram com agrado, na altura, as explicações do Sr. Vereador Pedro Pinto relativamente à reorganização da Cidade de Lisboa, ligando-se isso com o problema da descentralização. -----

----- Foi dito então que se todos os partidos da Assembleia Municipal estivessem de acordo em assumir, de facto, o problema da reorganização e da reestruturação das freguesias da cidade – com Comissões que têm durado anos e anos – e que isso significasse uma descentralização de poderes da Câmara para o que podiam chamar mini-câmaras, regiões urbanas ou o que se entendesse, a pergunta era: -----

----- Quanto tempo mais iria a Cidade de Lisboa aguentar até que conseguissem reestruturá-la descentralizando os poderes administrativos da Câmara, que era uma coisa enormíssima e que precisava de estar cada dia mais próxima dos cidadãos para resolver os problemas concretos. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, leu a terceira pergunta do PSD, que deveria ter sido desenvolvida pelo Deputado Municipal Fernando Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, dado que o aludido Deputado Municipal ainda não se encontrava presente: -----

----- “A zona da Freguesia de Santa Maria de Belém é caracterizada pelos seus grandes e bonitos espaços verdes. Nos últimos tempos a Câmara Municipal de Lisboa tem feito um grande esforço no referente à manutenção dos mesmos, utilizando empresas privadas de jardinagem. Os resultados têm sido bastante positivos e a Junta de Freguesia tem estado a acompanhar, no local, toda essa actividade, chamando a atenção das entidades responsáveis sempre que verifica a existência de uma situação menos positiva, mas sempre imbuída num espírito construtivo. -----

----- Assim sendo, gostaria de saber se é intenção da Câmara Municipal de Lisboa continuar a dar cada vez mais atenção aos espaços verdes da zona de Belém, porque isso está ligado directamente com a qualidade de vida dos cidadãos, e nomeadamente se será intenção da Câmara Municipal de Lisboa delegar nessa área mais competências na Junta de Freguesia, na medida em que esta é que esta no dia-a-dia mais próxima e, por conseguinte, em melhores condições para tomar as medidas mais acertadas e eficazes”. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que estavam formuladas as perguntas que foram acordadas em Conferência de Representantes, pelo que dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder a essas mesmas perguntas. -----

---- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às perguntas que foram colocadas, disse que se congratulava novamente este ano pela realização desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, que, como se sabia, nos últimos treze anos era a terceira vez que tinha lugar, já que se realizara a primeira em 1991 e desde então só no ano passado se realizara pela segunda vez e esta era a terceira. -----

----- Não ia voltar a tecer considerações sobre o significado político desse acto, calculava que as Juntas de Freguesia tivessem protestado muitíssimo por essa ausência, apesar de ainda não ter encontrado nos arquivos da Câmara registo desses protestos e dessa indignação. Naturalmente no incêndio dos Paços do Concelho, onde desapareceram muitos documentos como era sabido, esses teriam desaparecido também. -----

----- E, portanto, não encontrara esses protestos e indignações em tom semelhante ao que acabara de ver e ouvir agora a propósito de um protocolo, porque achava que responder todos os anos às questões que as freguesias punham era uma prova de consideração que não podia nem devia ser nunca esquecida nem adiada. Por isso ali estava presente todo o Executivo a cumprir, com gosto, essa obrigação, que para além de obrigação era um prazer democrático em termos do sistema que rege a cidade. -----

----- Chamou depois a atenção para aquilo que com certeza já todos notaram, que por razões do empenho forte dos Deputados Municipais, que saudava, pelo número de propostas vindas da Câmara, o número frequente de vezes que a Assembleia Municipal reunia, sem paralelo em todo o País, o que levava a poder-se dizer que tinha praticamente tantas reuniões quantas o Executivo, e ainda por cima calhando esta num dia que era um dia especial já que era o dia de aniversário do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a quem aproveitava para saudar e desejar votos de muitos e bons anos, com muita saúde e felicidade junto daqueles de quem gosta. -----

----- Em relação às questões que foram colocadas, disse que já tinha lido ontem um bocado do debate de 1991, hoje continuou a ler e os temas eram deliciosos. Viu várias questões postas hoje que tinham sido postas em 1991. Aliás, até tinha visto uma, posta por um Deputado Municipal do PPD/PSD, em que interpelava a maioria camarária do PS e do PCP sobre anúncios publicados em todos o País. Esteve para a ler sem dizer de quem era para que julgassem que era relativa à actual maioria, mas não. Dizia o referido Deputado Municipal: “Da comparação entre o conteúdo dos anúncios, a realidade quotidiana da cidade e a actuação da Câmara, é forçoso concluir que se publicam muitas coisas para disfarçar o pouco que se faz”. Isso a propósito de anúncios publicados nos jornais do Porto, com o título “agora nós”, em que se falava da obra, nomeadamente de infra-estruturas viárias na Cidade de Lisboa. E então houve um debate em que a oposição dizia que a coligação de esquerda usava e abusava da publicidade e que tinha um contraste grande com a realidade, mas a tónica principal foi que não fazia sentido publicar anúncios nos jornais do Porto a chamar a

atenção para a obra feita em Lisboa. Aliás, dizia até um Deputado Municipal que os cidadãos eleitores do Porto se deveriam ter assustado ao lerem essa publicidade. -----

----- Enfim, eram debates de outras épocas porque hoje em dia já só debatiam publicidade em Lisboa e não publicidade no País todo sobre aquilo que a Câmara de Lisboa fazia, o que foi um avanço. -----

----- A um áparte respondeu que tinha isso consigo, estava escrito nas actas. Tinha também uma afirmação do Sr. Vereador Vasco Franco que, em resposta a uma das questões postas pelo Deputado Municipal Moreira da Silva, disse: “O quadro legal não mudou e gostava de lembrar que, infelizmente, a Câmara não tem competências em matéria de segurança das populações”. Era uma delícia ler isso tudo! -----

----- Por exemplo, questões postas sobre o Vale de Santo António em 1991, e a resposta a dizer que o Vale de Santo António ia entrar rapidamente em trabalhos de urbanização e construção para acorrer às necessidades de realojamento das pessoas. ---

----- E principais questões postas: “O que pensa a Câmara fazer para resolver o estado dos passeios em Lisboa?”, pergunta feita pelo Deputado Municipal Jorge Rato, do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, que depois, na sua intervenção, disse: “Lisboa sempre se pautou pelo infindável número de buracos nos seus passeios e pavimentos. Sem esquecer que a precaridade dos passeios e pavimentos resulta, em boa parte, da composição mineral do subsolo e da falta de qualidade dos materiais muitas vezes utilizados na sua construção, mas também do abandono a que esta problemática tem sido votada, a realidade é demasiado dura para qualquer cidadão, mesmo que pouco atento, não considere ser este um dos maiores problemas da Cidade de Lisboa”. -----

----- Portanto, todos os temas, e nomeadamente alguns de obras que estavam agora em curso, foram falados na altura. Também então foi, como agora, posta a questão da Quinta das Conchas e da Quinta dos Lilases, e aproveitava desde já para dizer ao Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar que na Quinta das Conchas as obras começariam ainda esta semana, e eram obras que estavam a cargo da SGAL. Enfim, eram obras que estavam para se fazer há muitos anos, mas que, finalmente, começariam esta semana. E para a Quinta dos Lilases tem estado a ser estudada uma questão relativa aos gradeamentos. -----

----- No que dizia respeito ao Centro Cultural, disse que o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar sabia que havia um projecto para se instalar lá a Academia Portuguesa de História, mas que era preciso fazer obras na parte em alvenaria, e havia também lá uma parte reservada para a Junta de Freguesia do Lumiar. Aliás, tem sido conversado com o Presidente da Junta a hipótese da Academia de História, que tinha o Palácio da Rosa a cair, se instalasse já lá enquanto se faziam as obras na parte que no futuro será destinada à Academia. Mas, como disse, as obras iriam começar ainda esta semana e eram obras pelas quais todos os lisboetas ansiavam há bastante tempo. -----

----- Sobre o Jardim do Campo Grande, recordou que disse na campanha eleitoral que essa sempre foi uma das questões que mais o intrigou. Até considerou sempre isso como uma prova de generosidade, porque o estado de abandono em que estava, sendo tão próximo da residência do seu antecessor, o levou a considerar que não se cuidava

daquele para que não se dissesse que se cuidava daquele e não se cuidava de outros. É que, de facto, o estado a que o Jardim do Campo Grande chegou era um estado que merecia a tristeza de todos. Agora o projecto de especialidades estava pronto, o lançamento do concurso iria a reunião de Câmara no próximo mês e a obra arrancaria, segundo esperava, no mês de Outubro, e seria uma obra que, conforme solicitara, incluiria a ligação das duas partes do Jardim. Teria o alargamento dos espelhos de água, teria o alargamento das zonas relvadas, das zonas de restauração, e principalmente seria mais aberto ao exterior. -----

----- Disse que já teve ocasião de falar que Lisboa tinha um excesso de romantismo em muitos dos seus espaços verdes ou jardins, e essa característica dos jardins românticos fechava-os muito, não os abria suficientemente à população. Eram jardins com uma densidade arbórea muito grande, com muita plantação que prejudicava, em muitos casos, o usufruto dos mesmos. -----

----- Relativamente ao Bairro das Caixas, disse que foi feito um protocolo com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 1947, pelo qual a Câmara ficava com as casas mas não com as áreas não necessárias à construção das casas. Essa questão imobiliária estava à beira de ser resolvida, o Presidente da Junta do Campo grande esteve, aliás, com pessoas do seu Gabinete e do Departamento respectivo, para acompanhar esse processo de intervenção, que juntamente com o do Jardim do Campo Grande, iriam começar brevemente. Este ainda antes do verão e o do Jardim do Campo Grande em Outubro porque exigia concurso público. -----

----- No tocante às questões sobre a recuperação dos bairros municipais, dos 75.000 fogos devolutos e da toxicodependência, nomeadamente nas imediações do Casal Ventoso, colocadas pelo PCP, disse que era sabido, era uma realidade quando tomaram posse, uma realidade que não se alterara, que eram preocupantes os números de Lisboa, em matéria de toxicodependência, sida, tuberculose, nomeadamente quando em comparação com as restantes capitais europeias. Já nessa altura Lisboa ocupava, e ocupa, um lugar infelizmente triste para todos nessa matéria. -----

----- Era conhecido como em relação ao Casal Ventoso, ao Intendente e Monsanto, para não referir outras áreas, tinham procurado fazer face a essa questão da insegurança, nalguns casos criminalidade algo violenta, nomeadamente numa zona muito perigosa como o Intendente, e como em concertação com outras entidades têm procurado enfrentar essa situação. Ainda hoje, de manhã, calcorreava o Parque de Monsanto com várias pessoas, e era visível como a situação mudara. Agora, não mudara a realidade do número de pessoas dependentes da droga, atingidas por flagelos de doenças complicadas. Portanto, não dizia que a situação retrocedeu ou que piorou, porque os números de hoje não eram piores que os de 2001, mas também não eram melhores! -----

----- Era uma situação complicada à época e era uma situação complicada agora. Considerava insuficiente e desadequado o quadro legal que existe e a atribuição de competências ao Poder Central e a repartição com o Poder Local. Teve uma reunião, há duas semanas, juntamente com a Vereadora da Acção Social, com o Presidente do Instituto, Dr. Fernando Negrão, e têm combinadas uma série de intervenções que

iriam ser algumas delas provavelmente objecto de muito debate, mas considerava que era fundamental que não se agarrassem a modelos estereotipados, não ficassem presos de preconceitos, de um lado ou do outro. Iriam avançar, tão significativamente quanto possível, nas carrinhas postas à disposição à noite, com pessoal médico, pessoal de enfermagem e equipas de reanimação para fornecer também mecanismos de assistência e de distribuição de seringas devidamente esterilizadas, para fazer face a um flagelo cada vez maior que não podiam ignorar, que não podiam iludir, e que de facto não podiam querer ficar à parte da tendência existente nas cidades, a começar pela vizinha Madrid, que melhor têm lidado com este problema e melhores resultados assumiam neste campo. -----

----- Mas não podia deixar de referir que era uma área onde normalmente tinha alguma relutância em falar publicamente. Chocavam-no as polémicas existentes nessa matéria, a luta muitas vezes entre sector público e sector privado, os debates vários sobre os resultados de clínicas privadas de recuperação ou quais os resultados, ao longo dos anos, dos métodos usados no sector público, porque as políticas mediam-se pelos resultados que alcançavam. Obviamente, a toxicodependência não era só resultado das políticas directamente a ela viradas, sabiam bem disso, mas que resultava também de muitos problemas na sociedade. Era um facto que a prevenção, e também as terapias até hoje utilizadas, não se tinham revelado adequadas e por isso a Câmara, depois de todas as avaliações e reuniões feitas, sentia-se habilitada, mandatada, com autoridade face à realidade social existente, para procurar ousar, para procurar ir mais além que aquilo que talvez algumas pessoas esperariam.-----

----- Ainda a propósito da toxicodependência, dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, disse que não era só ao pé do Cemitério dos Prazeres ou do Casal Ventoso que “eles” voltaram! Estavam em sítios onde nunca estiveram! Sexta-feira à noite, por exemplo, ali ao pé do Imaviz, onde estão muitas crianças de tenra idade, houve problemas complicados. -----

----- Aliás, já teve ocasião de dizer publicamente, não pedira a ninguém para o dizer por si, que considerava que o Governo estava atrasado em matéria de descentralização em termos de segurança para as autarquias locais, nomeadamente nas áreas de Lisboa e Porto. Era uma questão de sentido de responsabilidade, o Senhor Primeiro-Ministro sabia-o, já teve ocasião de lhe transmitir aquilo que tinha a transmitir, o Sr. Primeiro-Ministro estava empenhado no assunto, masurgia resolvê-lo. Apesar de não ser da responsabilidade da Autarquia, a questão da segurança, como diziam os relatórios, não estava pior em Lisboa do que estava antes, mas a si não lhe interessava que não estivesse pior, queria que estivesse melhor.-----

----- Havia uma realidade que era mais preocupante: com as entradas ilegais de alguns cidadãos estrangeiros, alguns assaltos por esticção, alguma chamada pequena criminalidade fazia-se sentir em maior número nas ruas de Lisboa. Nomeadamente algum tipo de mendicidade também junto a semáforos, alguns incómodos ou distúrbios aos cidadãos com as suas famílias, eram realidades que os preocupavam. ---

----- Agora, trataram, e já trataram esta semana depois até das posições assumidas pelo Partido Socialista e por outros sectores da Assembleia Municipal, de desenvolver

as devidas diligências, junto das forças de segurança nacionais, para tratar da realidade das tais novas esquadras que todos pretendiam. Mas quer a Polícia Municipal, quer a PSP, tinham reservas em relação ao preenchimento, em termos clássicos, de alguns desses espaços. O que era permitido hoje pelas novas tecnologias, pelos contactos de proximidade, não era voltar à política das superesquadras do antigo Ministro, já ali citado, Dr. Dias Loureiro, era tomar também consciência dessa nova realidade de que as novas tecnologias dependiam, e tinham a certeza, apesar de ser um conforto para os cidadãos haver uma esquadra, que não era a existência da esquadra que iria minorar muito os problemas de segurança. -----

----- Sobre à recuperação dos 75.000 fogos devolutos, disse que, como já ali foi dito, neste momento tinham quase 640 prédios em obras em Lisboa, havia muitos fogos que estavam a ser reabilitados, e, portanto, o que a Câmara vinha fazendo era cumprir as intimações, as posses administrativas e realizar obras coercivas. E dos casos onde os proprietários diziam “ah, mas se vêm as obras coercivas então nós fazemo-las” havia vários exemplos: aquela casa, em Pedrouços, que teve um incêndio há duas semanas e que há anos que estava a cair e a degradar-se, a Câmara foi para as obras coercivas apesar do proprietário os querer convencer que tinha um grande projecto para lá, mas era um projecto que não andava mais. Como tinham ido para vários outros casos! As sociedades de reabilitação urbana estavam à beira de sair, foram já aprovadas em Conselho de Ministros, estavam à espera da publicação depois do Parlamento as ter aprovado, e a ideia da Câmara era aprovar uma para a zona de Alcântara/Ajuda, que já estava em desenvolvimento, e aprovar outra para toda a zona da Baixa, Rua de São Paulo e zona do Campo das Cebolas até Alfama, no fundo duas áreas fundamentais de intervenção dessas sociedades de reabilitação urbana que tinham mecanismos absolutamente inovadores e essenciais para que tivessem êxito nessa mesma reabilitação. -----

----- A propósito de reabilitação, disse que era ver o edifício do Metro, na Av. Fontes Pereira de Melo, como estava reabilitado. Foram tirados os tapumes há quatro dias. Era ver também os edifícios do BCP, no quarteirão ao lado, antes do Palácio Sotto Mayor, que iam entrar em obra. Não estava resolvido ali um quarteirão porque o IPPAR queria manter todas as paredes apesar da degradação desse quarteirão ao pé do Sheraton, e do próprio Director do Museu, mesmo portas-meias com esses edifícios, lhe ter solicitado já várias vezes e por escrito, por razões de segurança, a demolição daquele conjunto degradado que ali estava. -----

----- Era ir mesmo às Avenidas Novas, às avenidas dos anos quarenta e cinquenta, a Av. Luís Bivar, a São Sebastião da Pedreira, hoje dois prédios que estavam em grave risco eram demolidos porque intimaram dois proprietários na Av. Visconde Valmor dizendo que então a Câmara faria a obra de demolição. Isto, prédio a prédio, numa acção que era seguida por si próprio, quase, diria, rua a rua por toda a Lisboa. -----

----- Por outro lado, também o Fundo Remanescente do Chiado onde neste momento estavam dezenas de projectos a entrar, onde estava o Largo de Camões na situação que era conhecida, e onde em breve só em obras de reabilitação da responsabilidade da EPUL, que se reorientara para essa área, seriam 67 edifícios que nos próximos dois

meses entrariam em obra. Era uma tarefa ciclópica, mas era também uma tarefa que estava certo ninguém negaria que decorria a um ritmo nunca antes alcançado. -----

----- Quanto às intervenções no espaço público, disse que reconhecia que ainda não estavam no nível que desejavam, mas dentro de dias apareceriam e começariam a actuar as brigadas de intervenção, as chamadas Lx-Expresso, para os casos mais aflitivos em termos de degradação do espaço público, ou seja, um sinal que caía, um passeio que abria e era preciso repor aquela calçada à portuguesa que era um motivo de orgulho, mas era também um motivo de problemas em termos de conservação e até de segurança física dos cidadãos. -----

----- Referiu que o Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda falara em desleixo do espaço público, quando ele próprio há semanas – e sabia o que tinha dito à Sra. Vereadora – a propósito do que a Câmara fez no Rio Seco, onde toda o casario de propriedade municipal que estava naquela rua há décadas, foi demolido e estavam a requalificar toda a zona, tinham agora 46 famílias lá em cima que seriam também realojadas, para finalmente fazerem aquela alameda de ligação à universidade. Todos conheciam aquele casario que estava no meio daquela via que partia da Rua da Aliança Operária para o Rio Seco. Há anos que estava para ser feita essa intervenção, as pessoas tinham recebido postais para saírem das casas há, 12, 10 e 8 anos, iam lá os técnicos da Câmara mas depois a resolução do problema não tinha sequência. Mas agora teve, as pessoas saíram e estava feita essa intervenção. -----

----- Ainda a propósito da intervenção no espaço público, solicitou aos Deputados Municipais, que eram tão lisboetas quanto ele, que fossem à encosta do Alvito para sentirem o orgulho que ele mesmo ainda hoje, de manhã, sentira, para verem que aqueles depósitos de sucata que ali estavam há décadas, apesar do PDM os proibir, neste momento estavam dali a sair porque a Câmara agira, não se intimidara com as ameaças e actuara com firmeza. Portanto, toda aquela encosta que vinha de Monsanto em direcção a Alcântara iria ficar com um ambiente completamente diferente. -----

----- Respondendo a um aparte da Presidente da Junta dos Prazeres, disse que depois se veria o que lá se vai fazer, porque não deixava construir em todo o lado. No Arco do Cego, por exemplo, muita gente lá gostava de construir e de todas as cores políticas, mas não iam construir, seria uma zona verde. E no Alvito, onde o PDM, que era de 1994, não permitia que lá estivesse aquilo que lá estava, nunca ninguém lá tinha entrado. Quem lá entrou, quem estava a repor a legalidade e quem estava a impor o respeito pelos recursos naturais era a actual Câmara porque outros não o fizeram antes. -----

----- Em relação ao núcleo histórico de Olivais Velho, referiu que o Deputado Municipal Rosa do Egipto disse, e bem, que acabou a elaboração do plano de pormenor em 1990 e foi para inquérito público. Isso em 1990, estavam agora em 2004! Mas a actual Câmara pegou no plano outra vez, desenvolveu-o, foi levantada uma questão que tinha a ver com o atravessamento do canal do Alviela, que ia de sudoeste para noroeste, que foi obstáculo ao pronunciamento favorável da EPAL. Isso aconteceu em Dezembro de 2003, estavam agora em 3 de Fevereiro de 2004, e podia

dizer que essa era a única questão que obstava a que chagassem à conclusão que o plano de pormenor de Olivais Velho aguardava há mais de uma década. -----

----- Portanto, estava em ultimção, mas a este propósito não iria maçar a Assembleia com as peripécias que passaram com vários planos. Por exemplo, no da Rua Artilharia Um tinham, neste momento, uma realidade: foi um plano iniciado no mandato anterior, foi uma alienação feita para desenvolvimento de um projecto imobiliário a que já teve ocasião de fazer uma referência positiva, neste momento já percorrera toda a via-sacra do planeamento, mas quando chegou à última fase houve um técnico da CCDR que disse que fizeram uma medição de ruído e nos termos na nova Lei do Ruído havia barulho a mais ali na zona das Amoreiras, pelo que não podia haver construção para habitação, só para escritórios. -----

----- Perguntou ao Presidente e ao Vice-Presidente da CCDR como tinham que fazer; mudavam a cidade, proibiam os carros todos de entrar, que explicassem como podia haver escritórios e não podia haver habitação, se as pessoas podiam trabalhar com ruído e se o que não podiam era viver com ruído! Isto às vezes era de gargalhada! Gargalhada na maneira como se legislava, na maneira como se decidia, e tinham a vida da cidade parada porque houve um técnico – e os dirigentes ainda não tomaram a decisão de enfrentar o que ele disse – que entendeu que a medição do ruído nas Amoreiras era alta. E a Câmara dizia: “mas então se exigirem revestimento para as casas para fazer face ao ruído?”. “Não interessa, o que interessa é o nível do ruído, se o nível do ruído é esse não pode haver casas de habitação ao pé!” Parecia anedota mas não era, eram as realidades com que iam deparando no dia-a-dia. -----

----- A propósito de parques de estacionamento, depois de referir que aquele que estava junto da Igreja de São João de Deus deveria estar pronto daqui a três meses, disse que tinha vários neste momento à espera que um Instituto especializado em muitas matérias, até em estacionamento, se pronunciasse: o IPPAR. Para os parques do Largo Barão de Quintela, do Largo de Jesus, da Calçada do Combro e outros mais, estavam à espera que esse Instituto, que falava sobre as árvores, sobre as cores dos prédios e sobre as saídas e entradas dos túneis se pronunciasse, e, portanto, os cidadãos iam vendo as suas vidas prejudicadas porque passavam a vida nisso. Era outra matéria para o Governo decidir de uma vez por todas! Se queria o País parado à conta de quem tinha pouco para fazer e portanto se metia no que os outros faziam, ou se queria o País a andar e resolver a vida das pessoas em concreto. -----

----- O Executivo anterior passara também por isso, não era só este. Por exemplo, no parque do Largo de Camões houve problemas grandes com o IPPAR, e fez alguma mal a alguém esse parque com 340 lugares? É um excelente parque, está sempre cheio, pena era que não tivesse sido maior, não foi possível. Mas tinham o IPPAR a pedir estudos de tráfego, estudos de ventilação, etc. Como dizia há dias o Dr. Alberto João Jardim, de facto é preciso haver quem mande nestas matérias e pôr na ordem um conjunto de interdependências que iam atrasando a solução dos problemas dos cidadãos. Porque, como referira, tem vários parques de estacionamento à espera, não da Direcção-Geral de Viação, mas sim do IPPAR. E parques de estacionamento subterrâneos, não estava a falar de parques de estacionamento em altura, o do Chão do

Loureiro, o do das Portas do Sol ou o do da Cerca Moura. Não estava a falar desses, estava a falar do estacionamento subterrâneo. -----

----- Referiu que quando tinha algo a dizer ao Governo, mesmo da sua cor, dizia-o frontal e publicamente quando entendia que era sua obrigação, perante os cidadãos que o elegeram, dizê-lo, por já ter tratado do assunto suficientes vezes, reservadamente. Todos tinham um limite de paciência, ele também tinha o seu, portanto estava na altura de dizer aquilo que entendia dever dizer publicamente, para defender os cidadãos de Lisboa. -----

----- Ainda sobre as perguntas do Deputado Municipal Rosa do Egípto, disse que a resposta dos serviços quanto ao talude da Gare do Oriente foi que se aguardava as últimas notícias da Parque EXPO quanto ao desenvolvimento habitacional para se poder executar o projecto que estava feito. Não lhe satisfiz a resposta e, por isso, agradecia que essa questão tivesse sido colocada porquanto ia ajudar a dar execução, independentemente do conteúdo da resposta que obteve, que, sinceramente, para si não fazia sentido. -----

----- Sobre a pergunta colocada pelo Deputado Municipal Fernando Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica e ex-Presidente da EPUL, disse que ele conhecia bem a resposta. Como era sabido a Câmara anterior cedera terrenos, havia uma deliberação camarária para construção da EPUL-Jovem nessa zona, mas esquecera-se de fazer a transmissão do espaço onde estava o polidesportivo em que estava o campo. O campo de futebol teve uma vistoria que colocou dois problemas: um, a ligação da cabine dos árbitros ao outro espaço público interior; outro, a questão dos gradeamentos. Houve um parecer dos técnicos da Câmara e outro da Associação de Futebol de Lisboa, não consideravam o parecer da Associação de Futebol de Lisboa procedente, mas estavam a atender essas observações. -----

----- No entanto, a questão foi em Setembro à reunião de Câmara e os Vereadores da oposição, nomeadamente do PS, entenderam que não se devia transferir a propriedade do campo enquanto a EPUL não apresentasse o loteamento dos terrenos da EPUL-Jovem que estava conexo e relacionado com essa questão. -----

----- Portanto, estava pronto mas faltava regularizar essas situações do projecto de construção e do processo formal de transferência do campo. Estava tão interessado como o Sr. Presidente da Junta em resolvê-los, esperava que isso pudesse acontecer dentro de dias, mas iriam tratar outra vez do assunto em reunião de Câmara. -----

----- Aliás, com a EPUL tinham várias matérias, e aproveitava para dizer que estas Sessões de perguntas eram úteis até porque os ajudavam a descobrir matérias que ainda não estavam bem presentes. Umás que deixaram atrasar por observações também feitas nalgumas reuniões da Autarquia, mas puderam descobrir agora deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal, até assinadas pelo Sr. Vereador Vasco Franco e ainda pelo Dr. João Amaral, no sentido da transferência para a EPUL de cerca de 66.000 m2 de terrenos, o Sr. Vereador estaria esquecido porque não o referira outro dia, que lhes permitiam ultrapassar determinados problemas por considerarem inadequada a transferência desses metros quadrados de construção para a EPUL. Mas, felizmente, descobriram algumas deliberações do mandato anterior que

agora lhes permitiam fazer aquilo que não consideram adequado fazer, e iriam realizar brevemente. -----

----- Quanto à ETAR de Alcântara, questão colocada pelo Deputado Municipal José Luís Ferreira, disse que ela estava ligada desde o dia 23 de Dezembro, portanto a situação estava ultrapassada. Se ainda lá detectava algumas questões de cheiros, isso era natural, dependeria também da sensibilidade de cada um, mas solicitava-lhe que lá passasse agora porque a informação que tinha era que estava normalizada a situação desde 23 de Dezembro e nada obstava a que neste momento qualquer problema ali existisse. -----

----- Acerca da questão posta pelo Deputado Municipal Rui Roque, sobre a Quinta da Luz, disse que aí entravam nalgumas matérias sobre as quais desejava reafirmar hoje aquilo que disse no início do mandato. Pedira à Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt para tratar com as Juntas de Freguesia de questões que podiam, de facto, entrar no tal aprofundamento da descentralização para as Juntas, e esteve a comparar as verbas transferidas e as matérias de descentralização. -----

----- Em termos de espaços verdes já existiam, embora com disparidades entre as Juntas, e em matéria de parques infantis tem existido, algumas Juntas os têm construído. Era matéria que tinha que ficar a cargo cada vez mais, diria quase que exclusivamente, das Juntas de Freguesia, a construção, manutenção e conservação com transferência das respectivas verbas, mas não verbas parque a parque, seria uma verba por ano para aquela finalidade com essa competência atribuída às Juntas de Freguesia. -----

----- No tocante à lavagem das ruas, disse que tem posto essa questão aos serviços e obteve várias respostas que diziam as datas de lavagem de vários pontos da cidade, mas tem posto também aos serviços a questão de transferir essa responsabilidade para as freguesias. Alguns Presidentes de Junta já lhe disseram que era complicado, mas pensava que teriam que trabalhar nesse sentido, naquela que era a conservação rotineira mas essencial para o dia-a-dia dos cidadãos. Portanto, em matéria de higiene urbana, em matéria de maior conservação do espaço público, em matéria de gestão de equipamentos. Teve ocasião já de dizer que fez no seu mandato anterior, noutra autarquia, a entrega às Juntas de Freguesia da responsabilidade da gestão das piscinas e de espaços equivalentes, porque elas conheciam melhor a realidade e o faziam melhor que a Câmara. -----

----- Quanto aos passeios, disse que colocaram muitos pilaretes nas últimas semanas, as Juntas de Freguesia têm-no feito também, e podiam fazê-lo. E quanto aos carros em cima dos passeios, questão que também foi perguntada, referiu que no ano de 2003 a EMEL bloqueou mais de 31.000 viaturas, e também a Polícia Municipal, que em 2001 rebocara 1.300 carros, em 2003 rebocara 5.700 carros indevidamente estacionados. E 2001 foi um ano bom nessa matéria, em termos de cumprimento do que estava estabelecido na lei, porque, por exemplo, em 1999 foram só 822 os carros rebocados. Essas acções de regularização do trânsito só podiam caber à Câmara, mas a colocação de pilaretes, a ordenação do espaço público no que respeitava ao estacionamento em condomínios ou no espaço público que tinha a ver fundamentalmente com habitação,

eram matérias em que as Juntas de Freguesia, quanto a si, deveriam ter cada vez maiores responsabilidades. -----

----- Disse que considerava esses protocolos novos, o novo quadro de descentralização para as freguesias, um primeiro passo essencial no sentido do que disse o Deputado Municipal Carlos Marques, ou seja, trabalharem para um novo quadro administrativo em Lisboa, porque agora, nas transferências de verbas, viam-se as disparidades que existiam nas freguesias, umas com centenas de habitantes e outras com muitos milhares. Eram poucas as que cresceram no censo de 1991 para 2001. Por exemplo, Carnide cresceu significativamente mas em quase todas as freguesias da cidade a população decresceu. -----

----- Portanto, diria que este protocolo de aprofundamento significativo de transferências de competências de descentralização, era uma face da moeda que teria na outra face essa nova organização administrativa da Cidade de Lisboa, até neste período em que começou a Autoridade Metropolitana de Transportes, que novas realidades administrativas e orgânicas entravam em funções. -----

----- Mas quanto à Quinta da Luz era sabido que entraram em funcionamento os parques de estacionamento resultantes da Associação de Moradores, e foi prometida uma rápida reposição dum parque infantil também. Era matéria que tinha pedido aos serviços para fazerem alguma remodelação do material que era colocado nos parques infantis, uniformizado, padronizado, homogeneizado e na sua opinião demasiado estilizado em que tornava difícil o recreio e o usufruto desses equipamentos pelas crianças. -----

----- No tocante à questão da iluminação, disse que teve agora uma resposta dos serviços que queria partilhar com a Assembleia. Alguns Deputados Municipais disseram que a cidade estava mal iluminada em muitos casos. Fez algumas voltas, uma delas de barco a ver, do Tejo, o perfil da cidade, e teve ocasião de falar disso várias vezes com o Eng^o Silva Ferreira, Director Municipal do Ambiente Urbano, que sabia especialmente sobre essas matérias e que lhe tem transmitido que, às vezes, zonas de iluminação, de que gostava particularmente, não eram aquelas que eram melhor acolhidas pelas teorias ou técnicas actuais de iluminação. -----

----- A título de exemplo, referiu que o chapão – como eles chamavam – do Palácio da Ajuda, que era algo que o cidadão comum, como qualquer dos presentes, quando entravam em Lisboa se calhar até gostavam de ver iluminado, na opinião dos técnicos e dos teóricos que fundamentavam as novas técnicas de iluminação não era considerada uma boa iluminação. Era considerada uma iluminação em excesso. Iluminação era a da Torre de Belém, ou talvez até do Terreiro do Paço, iluminação mais esbatida, mais ténue, que dava menos força à luz, e na opinião dos técnicos mais real para o monumento, era mais aconselhável. Aí, se calhar, era um pouco antiquado e preferia essa iluminação mais forte, que, aliás, também existia na estação de Santa Apolónia, e aí estava de acordo que era, talvez, demasiadamente feérica. Mas também não apreciava muito essa iluminação excessivamente ténue. Essa era a sua opinião, mas tem procurado respeitar aquela que era a posição dos serviços. -----

----- Havia problemas, que ainda na semana passada aconteceram numa ou duas zonas da cidade, mas não foram da responsabilidade da Câmara, foi responsabilidade assumida pela EDP. Não tinha conhecimento de falhas, mas, antes pelo contrário, de melhorias. Por exemplo, na Av. da Liberdade foram instalados novos candeeiros e um novo sistema de iluminação. -----

----- Lembrou que há anos, era Vereador o Eng^o Luís Coimbra, no mandato do Dr. Jorge Sampaio, foram iluminados, e muito bem na sua opinião, monumentos como a Basílica da Estrela, Aqueduto das Águas Livres e outros, com esse método da luz mais forte. Talvez não tão forte quanto estava hoje no Palácio da Ajuda, mas uma das áreas em que mais insistia era que se iluminasse bem Lisboa. Não gostava da iluminação do Rossio, foi feita uma obra bonita no exterior do Rossio pelo Metropolitano, mas os interiores teriam que ser intervencionados, e a iluminação, confessava, não estava completamente a gosto de quem exercia as funções de Presidente da Câmara. Mas tinham que fazer também algum equilíbrio e algum respeito com aquelas que eram as opiniões dos técnicos, embora coubesse aos políticos decidir. -----

----- Seguidamente, referindo-se ao Euro 2004, disse que o Conselho Municipal de Segurança teve duas reuniões recentemente, a Câmara aprovara a deliberação respeitante ao espaço público, as matérias respeitantes à segurança estavam em ordem da parte do Município de Lisboa, as acessibilidades estavam mais atrasadas no Estádio da Luz, mas estariam prontas a tempo. -----

----- Estava um pouco preocupado com uma acessibilidade no Estádio Alvalade XXI e também no Estádio da Luz, em que havia só uma faixa, contudo esperavam resolver as coisas a contento. Mas pretendia dizer, a esse propósito da segurança, que os lisboetas podiam estar descansados nessa matéria em Lisboa, onde estavam a ser tomadas todas as medidas e onde estavam a trabalhar concertadamente com as forças que tinham responsabilidades na matéria. -----

----- Quanto à animação cultural, disse que, para além do Euro 2004, já todos teriam entendido a importância do Rock in Rio Lisboa. Esperava que tivessem notado que agora na promoção aparecia já bem destacado “Lisboa”, porque parecia mal que fosse só Rock in Rio, iria ser uma organização com muita força, com muita capacidade, também para alegrar um bocadinho os lisboetas, os portugueses, os que visitavam a cidade, porque o mundo de hoje não estava no dia-a-dia propenso a grandes animações com algumas notícias que iam chegando e algumas realidades com que se iam deparando. -----

----- Sobre a pergunta feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, disse que, de facto, têm feito um trabalho conjunto nos espaços verdes. Santa Maria de Belém tem um dos espaços verdes mais bonitos da cidade, e fazia-lhe uma pergunta a ele, que era um Deputado Municipal do seu partido, seu amigo de há 30 anos, sobre aquilo que era um desafio para ambos: quando concretizavam o que disseram aos eleitores, ou seja, a construção de um centro destinado a apoiar na saúde e nos primeiros cuidados aqueles que viviam na área da freguesia? Estava lá o terreno, iriam realizá-lo, como em Benfica a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa estava à

beira de o realizar, também em concertação coma Junta de Freguesia, certamente que assim acontecerá e com as instituições da freguesia. Mas em Santa Maria de Belém era algo que não podiam esquecer e tinham que realizar brevemente. -----

----- Disse, depois, que não estava presente a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, a quem tinha uma coisa para dizer, mas como ela não estava não dizia.

----- A um aparte respondeu que respeitava e desejava as melhoras, mas gostava de falar na cara das pessoas. Era a propósito do estacionamento condicionado, porque o trabalho que estavam a desenvolver na Bica, em São Paulo e Santa Catarina tem contado com a participação activa e empenhada dos Presidentes de Junta de São Paulo e da Encarnação, mas a Presidente da Junta de Santa Catarina, no entanto, a meio do percurso teve umas frases e umas atitudes de alguma dúvida, que confessava o inquietaram, porque foi a própria Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina quem mais desafiara a Câmara a alargar esse modelo ao território da sua freguesia. A Câmara não fazia questão fechada disso, só fazia questão fechada de o fazer com os Presidentes de Junta que se mostrassem também empenhados, activos e entusiasmados com o processo, como aconteceu em Alfama e no Bairro Alto, e estava a acontecer agora com o território da Freguesia de São Paulo como estava certo acabaria por acontecer com a Freguesia de Santa Catarina. -----

----- Aliás, tinham nessa zona o parque de estacionamento do Largo de Jesus a começar os seus trabalhos, embora ainda só trabalhos de prospecção e de contenção periférica, e tinham o Clube Nacional de Natação com a decisão de adjudicação já feita e, portanto, podendo começar a obra dentro de poucas semanas. -----

----- Ou seja, a Câmara estava a fazer tudo aquilo que os Deputados Municipais lhe iam lembrando, quer da maioria, quer da oposição. Como tem lido as expectativas foram muito altas de que fossem capazes de fazer muito, mas iam ser capazes com certeza, para além do que já têm feito. -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pelo Sr. Presidente da Câmara em relação ao seu aniversário, acrescentando que foi o empenho da Assembleia Municipal em realizar esta iniciativa que levou a que nem sequer a conseguisse sensibilizar a mudar a data desta Sessão. -----

----- Depois, avisou que se seguiam as intervenções das forças políticas com assento na Assembleia, por ordem decrescente, intervenções essas com a duração de dois minutos, mas com alguma maleabilidade conforme foi entendido na Conferência de Representantes. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD se congratulava, naturalmente, com esta Sessão reafirmando, no essencial, alguns traços essenciais que foram trazidos pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- O mandato vai a meio, naturalmente algumas das questões que agora foram suscitadas não era novas como o Sr. Presidente da Câmara recordou dos dois debates realizados sob o mesmo tema, em 1991 e no ano passado, mas para o PSD a ilação política que se retirava hoje deste debate era a prossecução política dos objectivos com que o Executivo se apresentara ao eleitorado, e que estava a meio, ou a mais de meio do seu cumprimento. -----

----- Portanto, para o Grupo Municipal do PSD, o Executivo estava claramente de parabéns. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara derivou por várias questões, mas, de facto, em relação às perguntas concretas que ali foram colocadas respondeu pouco. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara referiu que durante o seu mandato era a terceira vez que se fazia este tipo de Sessões de perguntas sobre matérias das freguesias à Câmara Municipal, e, para si, a questão era fácil de explicar: é que durante o mandato anterior, quando os Presidentes de Junta necessitavam de dialogar com a Câmara, sempre houve disponibilidade total por parte dos Vereadores, e no actual mandato, já dois anos decorridos, ainda nenhum Vereador decidira reunir com as Juntas de Freguesia, pelo menos do seu Grupo Municipal. Não sabia se outros Grupos Municipais seriam atendidos, mas o PCP não. -----

----- Aliás, pessoalmente, a única ocasião que teve o prazer de reunir com um Vereador, foi com o Sr. Vereador Pedro Pinto aquando da questão dos protocolos, porque, depois disso, nunca mais nenhum Vereador da Câmara Municipal reunira consigo, apesar de ter solicitado várias reuniões para discutir problemas relacionados com a freguesia. -----

----- Por isso, o Sr. Presidente da Câmara não se devia admirar pelo facto de solicitarem este tipo de Sessões de perguntas à Câmara pois, pelo menos até hoje, não tinham outro meio de o fazer. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara referiu que havia 640 fogos em obras na Cidade de Lisboa e várias intervenções em obras coercivas, pelo que tendo o Plano de Actividades, para essa finalidade, apenas 750.000 euros, desejava saber se iria haver dinheiro para tantas intervenções. -----

----- Sobre o estacionamento indevido, disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu que foram bloqueados e rebocados vários milhares de carros, pelo que perguntava quando seria que os milhares de carros abandonados na Cidade de Lisboa eram também todos rebocados. Ou só seriam rebocados aqueles que davam dinheiro? É que só na sua freguesia havia centenas de carros abandonados que ainda não foram rebocados. A resposta que normalmente se dava era que não havia parque para os colocar, e daí a pergunta se estavam a ser tomadas medidas para que todos os carros abandonados na cidade pudessem ser efectivamente rebocados. -----

----- No tocante à intervenção no espaço público, disse que se falou nos jardins de Belém, do Campo Grande e outros, mas perguntava para quando a recuperação das áreas expectantes da cidade junto dos bairros municipais. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que se o Sr. Presidente da Câmara, com muita facilidade, assumia um discurso contraditório. Dizia hoje uma coisa e amanhã o contrário. -----

----- Vinha isto a propósito das sucessivas fugas que fazia para a frente, falando sobre o passado. Para o Sr. Presidente da Câmara, pelos vistos, agora estava na moda dizer

mal do Dr. João Soares. Mas recordava-lhe que o ouviu dizer ali que ele tinha sido um bom Presidente da Câmara. -----

----- A um aparte respondeu que sim, que efectivamente se recordava de o ouvir dizer ali que o Dr. João Soares até fez coisas boas, e que a pessoas votaram nele – Dr. Pedro Santana Lopes – porque era a novidade e porque tinha mais coisas para mostrar. Recordava-se de ter ouvido isso ali! -----

----- Assim, não iam lá. Aliás, a sensação que o Sr. Presidente da Câmara transmitia era que falava de acordo com o estado de alma da opinião pública, de acordo com as sondagens, e hoje registava a descolagem impressionante que fez do Governo que apoiava e sempre apoiou. -----

----- De facto, o Sr. Presidente da Câmara, que era um homem que falava com o Primeiro-Ministro todos os dias, hoje fez ali um ataque cerrado ao Governo responsabilizando-o por tudo aquilo que de mau acontecia na Cidade de Lisboa. -----

----- Já sabiam que estavam perante um Governo mau, mas o Sr. Presidente da Câmara também tinha responsabilidades e não fugia às mesmas assim tão facilmente. -

----- Disse, depois, que os crimes praticados com o uso de violência têm crescido assustadoramente, que o aumento da delinquência juvenil e da toxicodependência contribuíam para o agravamento da situação, e era necessário que em Lisboa houvesse tolerância zero com o crime. Os munícipes, os que trabalhavam na cidade e os turistas que visitavam Lisboa, tinham de sentir garantia total de circulação em segurança. -----

----- Quem disse isso, foi exactamente o Sr. Presidente da Câmara no seu programa de candidatura, a páginas 35. E, a seguir, em duas páginas, assumia 19 compromissos eleitorais em matéria de segurança, mas quando o PS fazia sair um cartaz alertando para a questão da segurança, dizia que isso não era com ele mas com o Governo, que erraram o alvo. -----

----- Hoje, porém, teve ali a preocupação e o cuidado de vir explicar muito bem o que estava a ser feito e iria ser feito em matéria de segurança, porque, de facto, a situação não era tão boa como parecia. -----

----- Ainda bem: “faça alguma coisa, Dr. Santana Lopes, porque os lisboetas agradecem-lhe nesta matéria”. -----

----- A terminar, disse que ouviram ali um registo enorme de coisas que tinham a ver com a toxicodependência. Ainda bem, que fizessem alguma coisa porque o que fizeram até ao momento era uma vergonha. Nessa matéria ficavam à espera que o Sr. Presidente da Câmara fizesse alguma coisa na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, depois de saudar o Sr. Presidente da Câmara pela intervenção que fez, respondendo, de facto, às perguntas que foram solicitadas pelos vários Deputados Municipais, disse que ia pegar no tema que o Deputado Municipal Miguel Coelho acabara de abordar, justamente o tema da segurança. -----

----- Referiu, então, que se lembrava de muitas vezes nas reuniões da Assembleia Municipal ver chumbadas moções que falavam sobre a insegurança em Lisboa, apresentadas quer pelo CDS-PP, quer pelo PSD, argumentando as bancadas de esquerda que era a direita a acenar os fantasmas do autoritarismo, e a acenar

fantasmas que tinham a ver com a criminalidade, que nada tinha a ver com a Cidade de Lisboa. -----

----- E diziam mais: o Dr. João Soares, por causa de um incidente trágico que vitimara um estudante do Instituto Superior Técnico devido a uma manifestação de estudantes que terminou nos Paços do Concelho, disse que os estudantes se tinham enganado e que a manifestação deveria ter acabado à porta do Ministro da Administração Interna e não nos Paços do Concelho. Portanto hoje era diferente ver um Presidente de Câmara, que apesar de ser do partido do Governo, vinha ali dizer e reivindicar porque estavam em causa os interesses da Cidade de Lisboa. Antigamente não, o Presidente da Câmara e o Governo eram da mesma côr, mas o Sr. Presidente da Câmara vinha ali fazer discursos a remeter para o Sr. Ministro da Administração Interna. -----

----- Por outro lado, o PCP, no debate sobre o Estado da Cidade em 2001, estava-se já em pré-campanha eleitoral, a páginas trinta da referida acta, dizia: -----

----- “A candidatura do CDS-PP tem-se limitado a levantar problemas quase todos da responsabilidade do Poder Central e não do Poder Autárquico, como sejam as questões relacionadas com a segurança, no que diz respeito a um maior policiamento e intervenções nas forças de segurança”. Mas hoje, curiosamente, o PCP, numa das perguntas que faz à Câmara, vinha precisamente perguntar como estava a questão de segurança e como estava o policiamento e as novas esquadras em Lisboa. -----

----- Era, de facto, uma evidência entre a contradição de quem estava no poder e agora estava na oposição. Felizmente tinham agora um Presidente da Câmara que não dava à oposição as respostas que o anterior Presidente da Câmara dava à oposição de então.

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara não esteve no objecto da pergunta que colocara, porque a pergunta nada tinha a ver com a questão do caneiro, mas sim com novas ligações à ETAR, e até falara em concreto da ligação das águas do Terreiro do Paço à ETAR. ----

----- Isto porque também tinha a ver com a questão da fase terciária e secundária da ETAR, que actualmente só tinha a fase primária, e tinha a ver também com o concurso que foi lançado pelo anterior Executivo, que, segundo a minuta do contrato, o prazo de execução da obra era de 675 dias, o que significava que se o processo seguisse os seus trâmites normais e os prazos fossem cumpridos, hoje já estaria a obra concluída e a ETAR de Alcântara a funcionar plenamente, isto é, a proceder ao tratamento terciário das águas. -----

----- O actual Executivo extinguiu o concurso, revogou a deliberação, e, portanto, o que pretendia saber era se o concurso tinha sido aberto, o que foi que aconteceu, e se esse concurso previa ou não a fase terciária como previa o anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que com a abertura que o Sr. Presidente teve em termos da maleabilidade dos tempos, permitia-se juntar uma nova pergunta, que era se iam começar a ouvir falar da história de Lisboa só de há 12 anos a esta parte ou de há 14 anos, ou se podiam falar também da história de há 16 anos, e se podiam falar da história da Av. Defensores de Chaves, onde ia a mãe do Sr. Presidente da Câmara, em que o trânsito era ao contrário e várias

pessoas foram atropeladas. Iam começar a falar disso tudo? Mas o que era que estava a evoluir na cidade com isso. Sinceramente não entendia! -----

----- Percebia isso do ponto de vista da brincadeira política, mas não o entendia do ponto de vista de encontrarem as soluções para os problemas. -----

----- A pergunta que fizeram foi muito concreta e muito objectiva! Quando discutiam numa Comissão a reestruturação da Cidade de Lisboa, que já existia há dezenas de anos, essa Comissão chegava a conclusões mas não se fazia nada, e o BE não estava disposto a participar em debates e discussões que era sempre um fazer que faz. Até parecia que estavam de acordo! -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia participou numa reunião com a Associação de Moradores do Parque das Nações que veio à Assembleia para dizer que achava que aquela zona deveria ser uma freguesia. Neste momento até estavam com um abaixo-assinado ou uma petição, não tinha bem a certeza do que era, mas, portanto, a vida começava a andar, a Assembleia começava a ficar para trás e as contradições iam-se avolumando. Nessa reunião, estavam os líderes de todas as bancadas com a Comissão, e todos disseram que eles tinham razão. Só que, no fim, todos concluíram: “mas vai ficar tudo na mesma”. Mas isso tinha alguma lógica? Estavam ali a fazer o quê? -----

----- O problema concreto é que era preciso descentralizar decididamente os serviços da Câmara. Sobre isso estava certo que ninguém tinha dúvidas. Esse aparelho enorme da Câmara tinha que ser descentralizado e tinha que ser passado para perto dos cidadãos. E era um bom momento, ao descentralizar, ir agrupando freguesias, ir fazendo as coisas devagarinho, porque era evidente que surgia logo aí um problema: já se fizeram estudos e mais estudos sobre como era que se agrupavam as freguesias, como se faziam freguesias novas e que havia umas que tinham 600 pessoas e outras 50.000, não lembrava a ninguém uma cidade organizada dessa forma, mas quando se chegava ao fim todos diziam: “pois, isso é verdade, esses critérios estão certos, mas nas freguesias do meu partido ninguém toca”. E o BE estava à vontade porque nunca teve nenhuma nem tinha! -----

----- Portanto, continuavam a passar os anos, o aparelho a aumentar o seu peso, a sua burocracia, e a descentralização não vinha. Mas estava aí um caminho para ir! Devagarinho! Sem assustar ninguém! -----

----- Porque era que não se começava a descentralizar os serviços para zonas determinadas, agrupando freguesias de acordo com os estudos que existiam numa Comissão, para a partir daí se começarem a criar dinâmicas próprias para levar a uma transformação natural e normal? -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, terminadas as intervenções dos Grupos Municipais, deu a palavra ao Deputado Municipal José Godinho, do PCP, que a havia solicitado, avisando-o, no entanto, de que nesta fase apenas poderia usá-la para defesa da honra, face ao referido no artigo 25º do Regimento. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, em interpelação à Mesa, disse que não queria usar a figura de defesa da honra, mas, se tivesse que ser, usava-a. -----

----- A razão da sua interpelação era que lendo o que se referia no n.º 7 do artigo 25º, constatava que ele lhe permitia que falasse durante dois minutos, pelo que solicitava ao Sr. Presidente que consultasse o Regimento. -----

----- **O Senhor Presidente** leu o n.º 7 do artigo 25, que concretamente dizia: -----

----- “Seguidamente todos os Grupos Municipais poderão pedir esclarecimentos, em tempo não superior a dois minutos por cada um deles.” -----

----- Portanto, cada Grupo Municipal podia pedir esclarecimentos por tempo não superior a dois minutos, e esse tempo já estava esgotado. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)** referiu que pretendia utilizar dois minutos em nome do PCP, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que não podia ser porque o PCP já tinha gasto o tempo de que dispunha ao abrigo do n.º 7, e a pedido do aludido Deputado Municipal, leu o n.º 6 do mesmo artigo, que dizia: -----

----- “O Grupo Municipal interrogante tem o direito de, imediatamente, pedir esclarecimentos em tempo não superior a dois minutos.” -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)** disse que o Grupo Municipal do PCP tinha gasto dois minutos, e a seguir ele também tinha direito a usar dois minutos. -

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que antes desta Sessão a Conferência de Representantes reuniu e assentou nesta metodologia, e subvertê-la era um bocado complicado, porque então, nesse caso, qualquer Grupo Municipal deveria ter pedido a palavra para interrogar durante dois minutos. -----

----- Disse que na reunião da Conferência até propôs que se alongasse de dois para cinco minutos, não houve acordo e, portanto, teriam que se cingir aos dois minutos. ---

----- De qualquer modo, podiam usar o n.º 6 do artigo 25º, e era justamente ao abrigo desse número que o Deputado Municipal José Godinho iria usar da palavra para pedir esclarecimentos, direito que, obviamente, caberia também a todos os outros Grupos Municipais. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que para umas coisas valia o que era articulado em Conferência de Líderes e para outras não. -----

----- Por outro lado, o n.º 6 falava do “imediatamente”, ou seja, na sequência da intervenção far-se-ia o pedido de interpelação, e não foi assim que foi seguido, mas sim, ao abrigo do n.º 7, uma ronda por todas as forças políticas. Portanto, em termos práticos, esta Sessão precluíra a questão do n.º 6. Não só em Conferência de Líderes não foi accionada essa questão, como depois a sequência natural dos trabalhos veio a precluir essa situação. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu que o Deputado Municipal Pedro Portugal tinha toda a razão. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em interpelação à Mesa, disse que era evidente que estava de acordo com a interpretação que o Sr. Presidente fez e também com a interpretação que o Deputado Municipal Pedro Portugal acabou de fazer. Aliás, ele próprio teve o cuidado, na Conferência de Líderes, de perguntar qual era o esquema, tendo ficado perfeitamente definido que cada Grupo Municipal tinha direito a dois minutos, apenas e tão só. -----

----- Portanto, não merecia a pena, se não que se acabassem com as Conferências de Líderes. Para si e para a sua bancada era inaceitável que se estivessem a usar subterfúgios para deturpar aquilo que tinha ficado combinado. Não era possível e não era aceitável. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, em interpelação à Mesa, disse que aquilo que retirou da Conferência de Líderes foi que se ia cumprir o Regimento, pela que a questão dos dois minutos não ficou da forma que acabaram de referir os dois oradores anteriores. -----

----- Por outro lado, também em relação aos dois minutos ficou assente que era esse tempo mas com alguma maleabilidade. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o interpelante, disse que não houve acordo quanto a isso. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)** rematou a sua interpelação dizendo que ficou assente que aquilo que estava no Regimento era para se cumprir. ---

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que ia falar com o à-vontade de quem não participara na Conferência de Líderes, mas também com a experiência de quem já foi surpreendido, mais do que uma vez, por decisões que desconhecia da Conferência de Líderes e que de algum modo não iam com a leitura mais directa do Regimento da Assembleia. -----

----- E a leitura que fazia da confusão que estava estabelecida, era que não queria acreditar que houvesse má-fé de quem participava nas reuniões da Conferência de Líderes, porque, aparentemente, houve um acordo que ninguém pusera em causa na Conferência, já vários Deputados Municipais que participaram nela isso ali disseram, e não lhe parecia muito bem que em cima da hora houvesse quem quisesse dar a volta ao que foi acordado e pretendesse utilizar o expediente de ir à letra da lei sem olhar ao espírito do que foi acordado. -----

----- Disse que ele próprio já tinha sentido na pele algo que foi combinado, que desconhecia porque o seu próprio Grupo Municipal não teve oportunidade de lhe comunicar, portanto já tinha sido confrontado com algumas limitações. Desta vez, pelos vistos, o PCP também não primara pela boa comunicação, mas parecia-lhe importante manter as regras definidas na Conferência de Líderes, sob pena de não valer a pena fazer reuniões da Conferência. -----

----- **O Senhor Presidente**, dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal José Godinho, disse que o seu entendimento era que a haver a utilização do n.º 6 era antes da ronda final, pelo que a Mesa, por unanimidade, decidia não lhe dar a palavra e dá-la à Câmara para a intervenção final. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)** disse que então não usaria da palavra ao abrigo do n.º 6 do artigo 25º, mas usaria para uso da figura regimental de defesa da honra. E, obtida a concordância da Mesa, disse então que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, quando fez a sua intervenção virou-se para a bancada do PCP – e normalmente era ele que fazia intervenções sobre segurança – e disse que eles, “aqueles malandros ali do lado esquerdo”, rejeitavam as

moções. Ora, só rejeitavam as moções quando não estavam de acordo com os considerandos, porque quando estavam de acordo aceitavam-nas. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara, na altura como candidato, prometeu uma série de coisas que sabia que eram da competência do Governo. Ou seja, prometeu coisas que sabia que não podia cumprir como Presidente da Câmara. -----

----- No entanto, como Presidente da Câmara podia cumprir outras coisas para melhoras a segurança. Por exemplo, podia reforçar a iluminação pública, falou-lhe na sua intervenção apenas na Rua da Aliança Operária, mas havia dezenas de ruas em Alcântara com iluminação deficiente; falou-lhe também nos buracos dos pavimentos, que era da competência da Câmara; em podar as árvores na via pública, que era da competência da Câmara e que causava insegurança. Portanto, falara numa série de coisas! -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, não respondeu à pergunta das esquadras em que se tinha comprometido a fazer obras e a arranjá-las, e que eram seis, salvo erro. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para fazer a intervenção final, depois de referir que no tocante à questão da reabilitação dos fogos estava sempre a bater no mesmo tema porque já teve ocasião de falar sobre essa matéria, aludiu à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho dizendo que ele gostava muito de repetir a frase, de que aliás gostava de ouvir a gravação em que a teria dito, que ele falava todos os dias com o Senhor Primeiro-Ministro. Mas como ele não estava presente não lhe ia responder. -----

----- Aliás, queria-lhe falar sobre os cartazes, aqueles cartazes fantásticos, que as pessoas pensariam que foi a seu pedido mas não foi, que foram afixados pela cidade. Com certeza que não conseguiria fazer melhor, mas as pessoas ainda não perceberam o da criança. Aliás, era complicado usar crianças em propaganda política. Mas as pessoas ainda não perceberam, perguntavam se era sua filha. Enfim, estava a perguntar? Estava à espera? Não se percebia o cartaz! -----

----- Se havia coisa que era básica na comunicação, era a eficácia, a simplicidade da mensagem, e esse era muito complicado. Via-se uma senhora a ser assaltada, “ajude-me Dr. Santana Lopes”. Quer dizer, estavam-lhe a dar uma importância que não tinha! -----

----- Portanto, era um erro! A seguir leu o artigo do Deputado Municipal Miguel Coelho, no Público, a tentar explicar em que era que aquilo fazia sentido, porque tinha levado uma saraivada de toda a gente, da direita à esquerda, a dizer que era a propaganda de maior aberração que se tinha visto. Depois veio tentar explicar o que era inexplicável!-----

----- Era por isso que tinha pena que ele não estivesse presente, ele sabia que se ia falar nisso. Se fosse o Presidente da Câmara a não estar presente para responder às questões que ele tinha posto, era um desrespeito para com a Assembleia, era um desrespeito para com ele, enfim! -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Joaquim Cunha, do PCP, referiu algo que, em condições normais, teria suscitado a defesa da honra por parte da Câmara, e nem sabia se a Câmara o podia fazer nas reuniões da Assembleia. Mas com certeza o

referido Deputado Municipal não queria que ele lhe citasse as vezes que Vereadores já reuniram com Presidentes de Junta do PCP. -----

----- Não eram muito dados a rituais tipo Kremlin, portanto pompa e circunstância. Ainda na semana passada ele próprio tinha estado na Freguesia de São João, numa reunião de trabalho. Agora, não fazia visitas de pompa e circunstância oficiais, fazia visitas de trabalho e para resolver, ou tentar resolver, problemas concretos. Por exemplo, como junto do viaduto das Olaias, em que se estava em negociações desde 1998 para adquirir uma oficina por um milhão de contos, e que não era precisa para a estrada que tinha que ser feita no território dessa freguesia. Por um milhão de contos, sublinhou! Era uma rua que ia dar ao pé da ETAR, que tinha um prolongamento previsto para ligação à Av. Infante D. Henrique, que neste momento considerava injustificada porque exigia a cobertura toda da ETAR, mas que fazia a ligação à Praça Paiva Couceiro. Exigia uma nova sede para a Junta de Freguesia de São João, que esteve para ir para um clube mas já não ia porque iria para o sítio onde pretendia, na Rua Mouzinho da Silveira. -----

----- Aliás, relativamente a toda a requalificação da rotunda da Av. Mouzinho de Albuquerque, foi manifestada a congratulação da Junta de Freguesia de São João a dizer aos seus fregueses: “olhem que a Câmara fez, mas nós falamos muito nisto”. Fez-se agora, passados 12 anos, porque durante todo esse tempo não se fez. Portanto, a Junta congratulou-se, e bem, tinha um Presidente atento, empenhado e activo que a Câmara tinha todo o gosto em reconhecer e ele sabia reconhecer o trabalho. De resto, ele dizia que valia a pena reivindicar e pugnar por uma freguesia com melhor qualidade de vida. Ou seja, ele pugnou e foi ouvido como era obrigação de quem estava nas funções que a Vereação exercia. -----

----- A Sra. Vereadora do Urbanismo ou outros Vereadores nunca reuniram com Presidentes de Junta do PCP, nomeadamente dos bairros históricos? Até no sítio? -----

----- A um aparte disse: “Ai não! Então deve haver colonagem também já em Lisboa! Não era no gabinete próprio, os Presidentes de Junta do PCP tinham esse ritual da pompa, mas os Vereadores iam aos sítios, em assembleias que já sabiam quem estava e quem não estava, iam lá, iam aos sítios com os Presidentes de Junta. Não precisavam de receber nos gabinetes, iam eles ter com os Presidentes de Junta. -----

----- Ainda ontem o Vereador Pedro Pinto reunira com o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, durante um almoço que, se calhar, foi clandestino, foi uma manobra contra-revolucionária porque foi tirar argumentos aos argumentos que hoje ali foram expender. -----

----- Então a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa nunca recebeu Presidentes de Junta do PCP? Carnide, Ameixoeira, Ajuda! Bem, o Presidente da Junta de Carnide diz que nunca foi recebido! Bom, era aplicar o que gostavam, porque receber ou não receber ia dar ao mesmo como se via. É que gostavam de se reunir nos sofás e a Vereação gostava de reunir na rua, no trabalho, onde estavam os problemas. A diferença era essa! Adoravam ir aos Paços do Concelho, aos gabinetes, a Vereação preferia ir aos sítios onde estavam os problemas. E já nem falava de si, porque disso sabiam vários Presidentes de Junta. -----

----- Portanto, chegar ali um Deputado Municipal e dizer que não houve perguntas à Câmara durante doze anos porque eram constantemente recebidos! Bem, não diria em que países do mundo mas não era fácil, por Presidentes de Câmara não era muito fácil! -----

----- Mas era melhor que falassem de realidades porque se não a conversa era ficção, bastava medir o número de presenças nas reuniões da Assembleia Municipal. A Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, esteve na Freguesia de São João uma semana antes com o Sr. Presidente da Junta! Como podia um líder de uma bancada chegar ali e dizer que nunca houve reuniões?! As pessoas gostavam de ouvir a verdade na política, porque a política descredibiliza-se quando as pessoas não falavam verdade. -----

----- As pessoas até podiam dizer: “tivemos reuniões, estivemos nos sítios, mas não concordamos”. Por exemplo, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara falou agora da poda das árvores e de problemas de iluminação, mas podia também falar sobre as condutas da EPAL, na Av. de Ceuta, que não estavam reconhecidas porque as obras eram clandestinas, e foram feitas à frente do Presidente da Junta, debaixo dos seus olhos, sem legalizar as situações, com prejuízo para as populações. -----

----- Quanto à ETAR, questão referida pelo Deputado Municipal José Luís Ferreira, do PEV, disse que recebeu ontem o relatório do LNEC sobre a inspecção a todo o troço do caneiro de Alcântara, havia uma empreitada suspensa, da SIMTEJO, neste momento tinham uma avaliação feita que levava a uma responsabilidade do Município perante essa empresa de uns significativos milhões de euros, e não dizia quantos para não dizer que os assumiam, mas por causa de uma opção que foi tomada, no tempo do Governo socialista, por causa das orientações do Ministro Sócrates quanto aos sistemas em alta principalmente, que logo no início deste mandato foram, por todos os Vereadores, postas em causa no que respeitava à correcção para as políticas de ambiente nessa matéria de recursos e infra-estruturas na Cidade de Lisboa. -----

----- E por causa dessa opção pela SIMTEJO, por causa de opções políticas e de solidariedades ditadas por laços que não só os institucionais, os partidários muitas vezes também, fizeram-se opções que, na sua opinião, prejudicavam o Município de Lisboa. Estavam dispostos a assumir essa solidariedade nessa questão dos sistemas de saneamento, mas com a devida defesa das posições de Lisboa. -----

----- Portanto, novas opções, obras, a SIMTEJO tem uma adjudicação prevista para montante da ETAR, para a regularização da estrutura do caneiro, que podia ser executada, estava à espera destas decisões e estava dada luz verde para o fazer. -----

----- É que levaram agora com isso tudo em cima! O viaduto de Alcântara foi feito em 1971, e a Câmara levou agora com o problema em cima. O caneiro de Alcântara foi em 1940, teve algumas intervenções, mas era conhecida a dimensão que o problema tinha neste momento. O Bairro da Liberdade, quantas décadas tem? Mas era agora que o realojamento ia ser feito e já começou! Era esta a situação do seu dia-a-dia na Câmara Municipal de Lisboa, com questões que já podiam estar resolvidas há muito tempo. -----

----- Mas em matéria de ETAR e de outros saneamentos e outras ligações, começou a monitorização do subsolo na Baixa, porque sem se medir o estado real das condutas, dos colectores, os níveis dos caudais, não podiam fazer novas opções em matéria de sistemas em alta na Cidade de Lisboa. Precisavam primeiro do levantamento da situação. -----

----- Como para a própria questão do Parque Mayer estavam a fazer o levantamento da situação e a conferência do que existia em matéria de linhas de água, em matéria de relação com o Jardim Botânico, saber se até onde for feita a obra se podia ou se tinha de escavar, e não iriam fazer a obra sem ter esse levantamento todo feito. Era assim que se devia trabalhar. -----

----- Era por isso que quando ouvia algum pensamento reaccionário a defender, por exemplo, que era antiambiental ir a Feira Popular para Monsanto, como ali foi defendido por Deputados Municipais de várias cores, é que podia e devia responder que antidesafio de Monsanto – não foi o caso do seu antecessor – foi deixar como se deixou durante décadas Monsanto excessivamente entregue a práticas e actividades não condizentes com aquele espaço da cidade e até com nenhuma outra, apesar de obra ter sido feita. -----

----- Agora, as opções, os estudos, os levantamentos tinham que ser prévios às decisões. Quando se dizia, hoje em dia, que levar a Feira Popular para Monsanto poluía Monsanto, era óbvio que não. Poluir Monsanto poluíam algumas construções de betão, universidades ou não, que lá foram feitas e que não mereceram o devido levantamento, como não mereceram essas agressões ao caniço de Alcântara da parte quem hoje protestava por irem diversões para Monsanto. O que é que uma montanha russa ou um carrossel polui? Mas não estavam lá parques infantis? E chegava-se ao ponto de acreditar que uma resposta dessas fazia algum sentido! Primarismo cultural! Primarismo era daqueles que não sabiam ver o que fizeram mal durante décadas e o que tinha que ser feito. Estavam neste momento a plantar 70.000 árvores em Monsanto, numa intervenção que não tinha paralelo nos últimos 30 anos. Até ao dia 21 de Março, 20.000 árvores seriam plantadas. -----

----- Portanto, ninguém lhes vinha dar lições de amor ao Parque de Monsanto, ainda que tivessem mais ou menos credenciais, enfim, por aqui se ficava. -----

----- Portanto, queria dizer, de forma muito clara, que a Vereação reunira com vários Srs. Presidentes de Junta, de todas as cores políticas, e, por isso, estas Sessões não podiam ter essa justificação. -----

----- Continuando, disse que soube agora que o Deputado Municipal Carlos Marques ia suspender o seu mandato por três meses, na rotação que caracterizava o BE, admitiam todos que no próximo mandato pudesse ter uma representação mais alargada e não tivesse que fazer essa rotação, tinham pena de não ter ali a sua presença, mas queria dizer que o BE lhes entregara, com data de hoje, um pedido para amanhã, o Gabinete do Bairro da Liberdade, que estava a trabalhar em pleno, quase sem dormir, acompanhar os Deputados Municipais do BE. -----

----- Fariam isso com todo o gosto, apesar do pedido ter sido feito de véspera, mas queria pedir ao Deputado Municipal Carlos Marques se iam com mais atenção do que

foram visitar o *dossier* do túnel, porque cometeram aquela galga de dizer que houve uma derrapagem orçamental quando o valor da adjudicação só tinha sido pelos 19 milhões de euros. E depois, infelizmente, em Portugal era assim: havia uma pessoa que se enganava, e depois aparecia “o Vereador Pedro Pinto desmentiu”. Não era que a verdade era assim, é que ele desmentiu e que outros disseram outra coisa, quando o facto objectivo era que a adjudicação foi por 19 milhões de euros, e, portanto, não houve derrapagem nem dum tostão! Mas o que aparecia era: “Bloco de Esquerda diz que derrapou 4 milhões de euros”, apesar de ser falso, é um engano, uma galga, o Vereador disse: “olhe que não é bem assim, enganou-se”. Mas aparecia: “o Vereador desmentiu”! -----

----- A terminar, disse que esperava que no próximo ano ali estivessem a discutir as obras nas freguesias, com a certeza que todos, Câmara e freguesias, estavam cada vez mais perto de cumprir aquilo que prometeram aos eleitores. E daqui a cerca de um ano e oito meses e povo os julgaria a todos pelo trabalho que tiverem realizado. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para defesa da honra, disse que a sua Junta, com a excepção de se ter reunido uma vez com o Sr. Presidente da Câmara, e com o Sr. Vereador Pedro Pinto na altura dos protocolos, nunca se reuniu com nenhum Vereador. E se a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão se deslocou em trabalho, segundo o Sr. Presidente da Câmara, à Junta de Freguesia de São Miguel, foi porque a Junta de Freguesia de São Miguel e a Junta de Freguesia de Santo Estevão a convidaram a estar presente numa reunião com a população. Não foram reuniões de trabalho com a Junta de Freguesia, foram reuniões de trabalho mas junto com a população. -----

----- Disse, depois, que se calhar qualquer dia iria fazer um comunicado à população a dizer que a Junta ia ter uma sede nova, que já devia estar pronta em Outubro de 2002 e em Janeiro de 2003 ainda não estava. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que de facto só entregaram hoje o pedido à Câmara para irem amanhã ao Bairro da Liberdade, mas esperava que o Sr. Presidente da Câmara entendesse que não eram profissionais, não estavam ali a tempo inteiro, era muito difícil, tinham agora finalmente um apoio. Aliás, podiam ter ido antes porque iam começar os realojamentos hoje, a vontade que tinham era a de ter ido na segunda-feira mas não tiveram hipótese. -----

----- De qualquer maneira, apesar do atraso, esperavam que desta vez a Câmara estivesse porque na anterior, apesar de terem pedido com oito dias de antecedência, a Câmara não esteve e até respondeu indelicadamente ao BE, como o Sr. Presidente da Câmara sabia, e nunca disseram nada publicamente. -----

----- Em relação à questão da galga ao visitar o túnel, disse que as opiniões políticas podiam ser diferentes mas aquilo que o Deputado do BE na Assembleia da República disse, por informação de quem estava na obra, foi que tinha havido um primeiro concurso para o qual, conforme, aliás, também tinha sido dada informação à Assembleia Municipal, tinham sido orçamentados 15 milhões de euros. Depois esse

concurso foi anulado, fizeram-se várias alterações e foi aberto um novo com o valor de 19 milhões de euros. -----

----- Portanto, havia uma diferença entre o primeiro e o segundo concurso na ordem dos 4 milhões de euros. Esta foi a realidade concreta que foi colocada, e, por isso, desejava esclarecer o que o seu camarada, Deputado na Assembleia da República, disse quando foi visitar, e bem porque era esse o seu papel, os documentos que estavam a ser feitos sobre o túnel porque estavam perante uma polémica em que era preciso não fazerem de avestruz e meter a cabeça debaixo da areia. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para defesa da honra, disse que o Sr. Presidente da Câmara introduziu ali um tema, para si do mais profundo mau-gosto, ao insinuar que houve alguma “panelinha” do Presidente da Junta de Freguesia de Marvila com alguém da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O que aconteceu foi que ao fim de muita denúncia e de muitos pedidos de reuniões à Câmara sobre as dúvidas que a Junta tinha quanto à realização desse grande evento para a cidade, que era o Rock in Rio na Freguesia de Marvila, finalmente o Gabinete do Sr. Vereador Pedro Pinto o contactara solicitando a sua presença numa reunião que iria haver num determinado local, às 13 horas. E à observação que fez de que essa era a hora de almoço, a resposta foi que não se preocupasse que o local era esse. -----

----- Portanto, não havia nada a esconder, a Junta de Marvila não queria dar qualquer tipo de argumentos para que se pudesse dizer que até quiseram discutir determinada matéria com ela e que ela se recusara a ir a uma reunião, mas estiveram presentes nessa reunião. -----

----- Foi uma reunião de trabalho, como outras que se iam seguir e uma das quais já estava marcada, com o Sr. Vereador Pedro Pinto, para a Junta de Freguesia de Marvila, na próxima sexta-feira, às 15 horas, e onde gostaria também de ver o Sr. Presidente da Câmara para então começar a ver os problemas de Marvila acompanhado por alguém que conhecia os problemas da freguesia. -----

----- Por conseguinte, essa foi uma reunião de trabalho para encontrar soluções para a realização de um grande evento como era o Rock in Rio, numa área habitacional como era o Bairro da Flamenga, em Marvila. Foi nesse sentido que lá estiveram e foi com agrado que, finalmente, alguém da organização do Rock in Rio os pôs ao corrente daquilo que eram também as suas preocupações, e pelo menos estava lavrado um princípio de entendimento no sentido da Junta de Freguesia, com a Câmara e com o Rock in Rio, começarem a desenvolver um plano de emergência, um plano de segurança e um plano para intervir no espaço público. Era só essa a preocupação da Junta para que o Rock in Rio fosse de facto um grande evento, a população de Marvila fosse salvaguardada nos seus direitos e que quem visitasse Lisboa nessa altura dissesse bem da cidade. -----

----- A terminar, disse que a sua freguesia esperava, desde a tomada de posse, que a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Cultura aceitasse um pedido de reunião já que tinha problemas graves nessa área, nomeadamente em relação à Biblioteca do

Vale Fundão, à Casa da Escrita José Gomes Ferreira e ao pedido de obras urgentes no património municipal onde estava a biblioteca, que estava em ruína e que a Junta assumira essa obra tendo então dito que enviava a factura à Câmara. Era isso que iam fazer, e não sabiam qual iria ser a resposta da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que apenas queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que o Deputado Municipal Miguel Coelho não estava presente na Sala do Plenário, mas estava ao serviço da Assembleia Municipal já que estava a ter uma reunião com um grupo de cidadãos da Cidade de Lisboa que tinham problemas. Portanto, não pôde estar ali presente, protelaram o mais que era possível a reunião, ele próprio era para estar lá e não estava pelo respeito para com a Assembleia e para com o Sr. Presidente da Câmara, porque sabia que ele ia responder e, portanto, achava que era importantíssimo clarificar isso porque, obviamente, a sua ausência não se devia a qualquer fuga ao debate com o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Aliás, permitir-se-ia dizer que sobre essa matéria iriam ter muito tempo para debater, porque hoje cingiram-se apenas e tão só a discutir aquilo que era manifestamente a ordem de trabalhos, ordem de trabalhos essa que o Sr. Presidente da Câmara agradeceu de forma indirecta à Assembleia porque ela era tremendamente favorável e este como a qualquer Executivo. De facto, uma Sessão como esta permitia ao Executivo Municipal brilhar e foi exactamente isso que hoje o Sr. Presidente da Câmara teve oportunidade, por um lado graças às propostas que vieram dos membros do PSD e também do CDS-PP, e, por outro, também porque as propostas que tiveram que apresentar a Câmara deu satisfação, portanto permitia fazer aquilo que o Sr. Presidente da Câmara queria, que era dar solução. -----

----- Mas o PS estava interessado nisso, porque a sua preocupação era apenas e tão só melhorar os problemas da Cidade de Lisboa. -----

----- Era evidente que problemas como o da insegurança voltariam a eles, assim como voltariam ao problema do Bairro da Liberdade, que foi um problema que hoje levantou na Conferência de Líderes se havia possibilidades de tratar nesta reunião, mesmo não tendo sido distribuída documentação, porque manifestamente era uma questão que estava na ordem do dia. Não foi tratada, mas houve tempo para o Sr. Presidente da Câmara tratar questões da Cidade de Lisboa de há 10 ou 12 anos atrás, o que também do ponto de vista do PS – e aqui era um mero reparo ao Sr. Presidente da Assembleia, a quem aproveitava também para felicitar – porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, hoje, usara e abusara da benevolência do Sr. Presidente da Assembleia, porque em termos das matérias conexas, com a habilidade que todos lhe reconheciam, soubera tirar muito bem partido desta Sessão. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para defesa da honra, disse que se calhar as freguesias eram um pouco discriminadas, pois estando ali presentes todos os Vereadores, perguntava, com excepção do Sr. Presidente da Câmara e da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que numa visita que estavam a fazer à Freguesia do Lumiar fizeram um desvio à Freguesia de Carnide, qual foi o Sr. Vereador que

reuniu consigo e que fez uma visita à sua freguesia. Nenhum, no âmbito da Junta de Freguesia de Carnide. -----

----- Disse, depois, que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão sabia que tinha quatro pedidos seus para a realização de uma reunião, mas até hoje nem uma resposta a dizer sim ou não. -----

----- Referindo-se à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, disse que percebia e custava-lhe muito que uma autarca, ainda por cima tendo sido Presidente de Junta, tivesse dito na última Sessão Pública de Câmara que não tinha tempo, por exemplo, para reunir com o Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, e que não reunia com os Presidentes de Junta nem com as Juntas de Freguesia, que não valia a pena porque só tinha tido contratempos em vez de ajudas. Isso foi dito pela Sra. Vereadora e estava escrito! -----

----- Portanto, a Sra. Vereadora em relação ao Vale do Forno não reuniu consigo. Ele tinha reunido no Gabinete da Sra. Vereadora, quatro ou cinco vezes, com técnicos e assessores, porque a Sra. Vereadora unicamente passou por lá na primeira reunião para o cumprimentar e não reuniu mais vez nenhuma consigo. -----

----- Disse, ainda, que a Sra. Vereadora tinha em cima da mesa um pedido de reunião sobre o parque dos Artistas de Circo. Sobre as questões da educação a respectiva Comissão há cinco meses tinha um pedido de reunião com a Sra. Vereadora e nem sequer resposta foi dada. Portanto, estava aí a prova, não valia a pena falar mais disso, porque os Presidentes de Junta tinham centenas de pedidos enviados para a Câmara sem resposta. Se calhar tinham que criar um sindicato porque eles é que eram os maus da fita, pelos vistos. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para defesa da honra, disse que o Sr. Presidente da Câmara se referiu à Direcção do Grupo Municipal do PCP, da Assembleia Municipal, mas queria dizer-lhe que quem decidia qual a Direcção do Grupo era o próprio Grupo Municipal. -----

----- Seguidamente, disse que usava a figura regimental de defesa da honra porque o Sr. Presidente da Câmara referiu-se à sua intervenção de forma que não considerava correcta. -----

----- Recordou que tinha dito, na sua intervenção, que durante estes dois primeiros anos de mandato nunca nenhum Vereador, com excepção do Sr. Vereador Pedro Pinto, reunira com a Junta de Freguesia do Beato. E a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que no início do mandato, a convite da Junta de Freguesia do Beato, se disponibilizou para visitar as vilas operárias para o que inclusive se chegou a marcar a data, depois, no próprio dia, mandou telefonar a dizer que por dificuldades de serviço da Câmara não era possível essa visita mas seria marcada para data posterior. Só que, até hoje, a Junta continuava a aguardar a marcação dessa visita da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão. -----

----- Por outro lado, em relação à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, teve uma deslocação ao seu Gabinete onde foi atendido pelo seu adjunto, Dr. Gonçalo Moita, não tendo a Sra. Vereadora participado nessa reunião. -----

----- E a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, do Pelouro da Juventude, várias vezes foi convidada para iniciativas, inclusive para a inauguração da Casa da Juventude do Beato, e não compareceu. Foi também convidada para assinatura de alguns protocolos da Casa da Juventude de parcerias com instituições, e igualmente não compareceu. ----

----- Por isso, quando colocavam ali estas questões não era com o objectivo de minimizar a Vereação, mas sim para constatar um facto, porque, efectivamente, é isso que tem acontecido. -----

----- Por fim, dirigindo-se à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, disse que houve um alojamento de ciganos, a Sra. Vereadora enviara um ofício à Associação de Moradores da Quinta do Ourives a dizer que iam lá ser colocadas duas famílias, ou seja, a Associação de Moradores foi informada e a Junta não. Portanto, tinham razões mais que suficientes para manifestar descontentamento quanto às relações da Câmara com a Junta de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que no último debate introduzira um tema para reflexão futura em Conferência de Líderes, e via-se agora obrigado a introduzir outro para o qual pedia a maior atenção, porque a questão da defesa da honra também tinha contornos relativamente bem definidos. -----

----- Entendera não interpelar a meio das intervenções, deixara que elas fossem todas feitas, mas deixava esta reflexão para futuro porque foi substituída a questão dos meios minutos pelos três da defesa da honra. -----

----- Portanto, era uma reflexão que era importante fazer, porque houve ali intervenções que a seu ver claramente excederam a figura linear da defesa da honra porque, no fundo, já vinham afinal dizer que de facto tinha havido uma reunião com a junta e com a população. Enfim, entrara-se por uma consideração muito lateral que extravasava o espírito da defesa da honra, e esperava que de futuro tivessem isso presente. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que sabiam quais eram as regras do debate como também quais eram os princípios da ética, e sabiam que no calor dos debates as coisas ultrapassavam a realidade. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para defesa da honra, depois de dar os parabéns ao Sr. Presidente pelo seu aniversário, disse que com tantas intervenções para defesa da honra ficaria mal que os Vereadores não se sentissem de alguma forma ofendidos. -----

----- Desde logo parecia terem ficado todos muito surpreendidos pelo Sr. Presidente da Câmara ter brilhado, quando, de facto, não se deviam surpreender porque ele brilhava por sistema, nestes debates isso acontecia normalmente. -----

----- Mas houve alguma coisa no brilho a que não estavam habituados: é que havia perguntas concretas que foram feitas! E não foi que o Presidente da Câmara se lembrou de responder mesmo, uma a uma, a todas as perguntas que tinham sido feitas! Isso é que não era habito que acontecesse, políticos fazerem uma pergunta e ela ser respondida em concreto. -----

----- Disse, depois, que tinha de pedir desculpa ao Presidente da Junta de Freguesia de Marvila por ontem ter almoçado com ele. Tinha que pedir desculpa porque havia coisas que não podiam acontecer, mas ia garantir uma coisa ao PCP: tanto ele como o Sr. Presidente da Junta comeram bife grelhado, portanto tiveram um menu que não foi nada de especial, foi exíguo, estiveram mesmo a trabalhar os dois, a levantar questões, e foi uma reunião de trabalho produtiva. E iria continuar a convidar os Srs. Presidentes de Junta, do PCP, do PS e do PSD, sempre que fosse necessário, para almoçar, porque nem sempre havia tempo durante todo o dia para que pudessem encontrar-se. -----

----- Mas havia uma coisa que não se podia dizer, e, por isso, pedia ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Beato que reconhecesse que só a vinda de todos os Presidente de Junta à tribuna para explicar que não tinham tido reuniões com os Vereadores era a demonstração que o Sr. Presidente da Junta tinha dito que eles realmente não tinham tido essas mesmas reuniões, porque todos os Presidentes de Junta do PCP reuniram consigo pelo menos uma vez. E era bom que não se esquecessem que para reunir duas vezes com todos os Presidentes de Junta – e era com todos porque ninguém deveria ter estatutos especiais – sendo eles 53 praticamente durante todo o ano, dia sim dia não, reunissem com um Presidente de Junta. -----

----- Disse, ainda, que para a Vereação uma reunião era quando se ia trabalhar. Quando se ia tratar dum assunto isso para a Vereação era uma reunião, e de futuro continuariam a fazê-lo. Quando fossem a um sítio, quando se deslocassem a uma Junta de Freguesia e pedissem à Junta para lhes falar sobre um tema, isso seria uma reunião. Que não contassem com os Vereadores para terem reuniões só nos seus gabinetes ou nos gabinetes dos Presidentes de Junta, porque isso com eles não dava. Queriam trabalhar realmente e levar Lisboa para a frente. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar explicações, começou por dizer que acontecia a todos terem reuniões às mesmas horas das do órgão máximo a que deviam respeito, às vezes coincidiam, por isso compreendia perfeitamente a reunião do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Disse, depois, que tinha muito respeito pela honra dos Deputados Municipais, e de todos, porque a honra era um conceito muito caro, muito nobre. Portanto, com a devida vénia, não tinha explicações a dar porque não considerava que a honra dos Deputados Municipais tivesse sido ofendida. -----

----- Havia um caso! O Sr. Presidente da Junta do Beato referira, expressamente, que nunca nenhum Vereador recebeu qualquer Presidente de Junta do PCP, e foi esse caso que foi esclarecido ali. Depois corrigiu e disse que era só ele, que tinha tido só uma reunião, portanto ficou demonstrado que não era. -----

----- Agora tinham que estabelecer os conceitos de reunião: se era em casa, se era fora, se era com população, se era sem população, se podia meter almoço, se não podia meter almoço. Para a Vereação todas essas ocasiões eram boas para trabalhar, e com o devido respeito dizia que iam procurar continuar a trabalhar assim, com franqueza, procurando cada vez mais estreitar esses contactos nos sítios, nos locais, porque agora

na segunda fase do mandato cada vez mais seria assim. Com os processos em andamento, com as obras em execução, cada vez mais teriam que andar próximos. ----

----- Mas dava o exemplo do Presidente da Junta de Freguesia de São João, que várias vezes ali reclamou por vários casos na sua freguesia. Ele próprio pedira à Vereadora Ana Sofia Bettencourt para ir lá, e ela foi, pedira depois à Vereadora Eduarda Napoleão, por causa do Plano de Chelas, e foi também. O Plano de Chelas estava parado, mas ouviam ali que estavam planos parados há 12 anos, há 14, que ainda não andaram. O de Olivais Velho era um caso já hoje ali referido. -----

----- Portanto, estavam lá, iam correspondendo, e agora cada vez mais iriam resolver. Aliás, por isso mesmo, havia pessoas que eram agora substituídas. Considerava que a unidade de projecto de Chelas não estava a trabalhar satisfatoriamente, e, portanto, já determinara a substituição, independentemente de ser culpa só da pessoa que estava que estava à frente ou não, mas havia trabalho demais, acumulado há tempo demais, e necessidades demais à espera de serem resolvidas. A esquadra da PSP da Freguesia de São João foi realojada, esteve para ser realojada nas Olaias, saiu do edifício onde estava que era da Junta de Freguesia, e agora tinham que demolir esse edifício, esperavam a colaboração da Junta para se poder alojar provisoriamente noutra espaço até construírem a nova sede da Junta que iam começar imediatamente. -----

----- Considerava que os Presidentes de Junta do PSD, força política que apoiava o Executivo, têm sido pior tratados, em atenção e respostas e a problemas, do que os Presidentes de Junta do PS e do PCP. Sabia que isso era verdade e tinha que repor o equilíbrio! De facto eram persuasivos, tinha que reconhecer, mas também reconhecia que vários eram Presidentes de Junta de várias freguesias de Lisboa que tinham problemas muito graves e, por isso, também da sua parte compreendia determinado voto de esperança em determinadas orientações ideológicas. -----

----- A única explicação que tinha para dar era essa, faltava-lhes tempo, Deus fez os dias só com 24 horas, não podiam fazer mais! -----

----- Senhor Presidente, tenha muitos dias a acrescentar aos que já tem, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que nos anteriores mandatos da coligação de esquerda realizaram uma única Sessão de perguntas sobre matérias relativas às freguesias, se bem se lembrava não teria sido muito estimulante e se calhar por isso mesmo não se repetira a experiência, mas também era verdade que qualquer Grupo Municipal poderia ter proposto, que seria aceite pela Mesa, a realização de outras Sessões de perguntas sobre matérias relativas às freguesias, e outras iniciativas que o regimento consagrava. -----

----- Mas, apesar de alguns incidentes de percurso, poderiam entender que esta foi uma Sessão positiva, estimulante, e que iam continuá-la. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 18 horas. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ .-

----- O PRESIDENTE -----